



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

# **RESULTADO DO TESOURO NACIONAL**

Brasília, junho/2007

**MINISTRO DA FAZENDA**

Guido Mantega

**SECRETÁRIO-EXECUTIVO**

Nelson Machado

**SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL**

Arno Hugo Augustin Filho

**CHEFE DE GABINETE**

Márcio Leão Coelho

**SECRETÁRIOS-ADJUNTOS**

Eduardo Coutinho Guerra

Lísio Fábio de Brasil Camargo

Marcus Pereira Aucélio

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

**COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

Cleber Ubiratan de Oliveira

**EQUIPE**

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Janet Maria Pereira

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

**O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL** é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

**Distribuição:**

(61) 3412-3970/3971

**Informações:**

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

**Correio Eletrônico:** cesef.df.stn@fazenda.gov.br

**Home Page:** <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

*Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.*

**ISSN 1519-2970**

**Referência bibliográfica**

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 13, n. 5, maio 2007. 39 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

**RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL**

Em maio, o resultado primário do Governo Central foi superavitário em R\$ 4,8 bilhões, contra R\$ 14,4 bilhões obtidos em abril. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 8,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,3 bilhões e R\$ 38,7 milhões respectivamente. Ressalta-se que o desempenho do Governo Central em maio não está associado apenas à redução do resultado do Tesouro Nacional, mas também à elevação do déficit do RGPS, já refletindo os efeitos do aumento do salário mínimo sobre o valor dos benefícios pagos.

O resultado do mês é explicado pela associação de dois fatores. Primeiro, por conta da elevação das despesas do mês, com o montante despendido somando R\$ 34,0 bilhões ante R\$ 32,0 bilhões em abril. Segundo, o comportamento sazonal da receita, que faz com que o resultado em maio seja normalmente inferior ao de abril. Isso porque alguns tributos apresentaram arrecadação significativamente superior no mês anterior: o IRPF, devido ao pagamento da primeira cota ou cota única referente à declaração de ajuste de 2007, o IRPJ e a CSLL, devido ao pagamento da primeira cota ou cota única referente à apuração trimestral e as demais receitas, em função do recolhimento trimestral da parcela sobre a participação especial na exploração de petróleo e gás natural.

*O resultado primário do Governo Central nos cinco primeiros meses de 2007 atingiu R\$ 38,6 bilhões, R\$ 6,1 bilhões acima do obtido em igual período do ano anterior e em linha com a meta estabelecida no decreto 6.076/2007.*

PRINCIPAIS VARIAÇÕES ACUMULADO: 2007/2006	
DISCRIMINAÇÃO	%
<b>Receitas</b>	<b>13,51%</b>
Tesouro	13,50%
Previdência	13,91%
<b>Transferências</b>	<b>12,87%</b>
<b>Receita Líquida</b>	<b>13,64%</b>
<b>Despesas</b>	<b>12,51%</b>
Benefícios	12,89%
Pessoal	12,20%
Custeio e Capital	12,26%
<b>PIB estimado</b>	<b>9,75%</b>

**TABELA 1**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (\*)**  
**BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	ABR 2007	MAI 2007	JAN-MAI 2006	JAN-MAI 2007
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>54.939,8</b>	<b>48.230,8</b>	<b>216.817,2</b>	<b>246.109,4</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>44.231,0</b>	<b>37.290,6</b>	<b>170.655,2</b>	<b>193.685,3</b>
I.1.1. Receita Bruta (1)	45.122,3	37.633,3	172.785,5	195.959,4
I.1.2. (-) Restituições	-891,3	-342,7	-2.130,3	-2.274,1
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>10.622,1</b>	<b>10.837,5</b>	<b>45.570,4</b>	<b>51.907,5</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>86,8</b>	<b>102,7</b>	<b>591,6</b>	<b>516,5</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.570,4</b>	<b>9.423,7</b>	<b>37.802,9</b>	<b>42.669,2</b>
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>46.369,5</b>	<b>38.807,1</b>	<b>179.014,3</b>	<b>203.440,2</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>31.951,9</b>	<b>33.984,8</b>	<b>146.488,4</b>	<b>164.821,2</b>
<b>IV.1. Despesas do Tesouro</b>	<b>18.293,3</b>	<b>19.656,1</b>	<b>84.489,8</b>	<b>94.766,1</b>
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.394,8	8.497,1	40.742,0	45.713,2
IV.1.2. Custeio e Capital	9.869,8	11.105,1	43.503,4	48.837,6
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.103,1	1.205,7	4.441,1	5.135,1
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	465,5	628,6	3.604,2	2.234,8
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.057,3	1.149,8	4.444,3	5.355,7
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.243,9	8.120,9	31.013,8	36.112,0
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	28,8	53,9	244,3	215,2
<b>IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)</b>	<b>13.486,7</b>	<b>14.187,3</b>	<b>61.388,9</b>	<b>69.304,9</b>
<b>IV.3. Despesas do Banco Central</b>	<b>171,9</b>	<b>141,4</b>	<b>609,8</b>	<b>750,2</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>14.417,6</b>	<b>4.822,2</b>	<b>32.525,9</b>	<b>38.619,0</b>
V.1. Tesouro Nacional	17.367,3	8.210,8	48.362,6	56.250,1
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-2.864,6	-3.349,8	-15.818,5	-17.397,4
V.3. Banco Central (4)	-85,1	-38,7	-18,2	-233,7
<b>VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>3,57%</b>	<b>3,86%</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

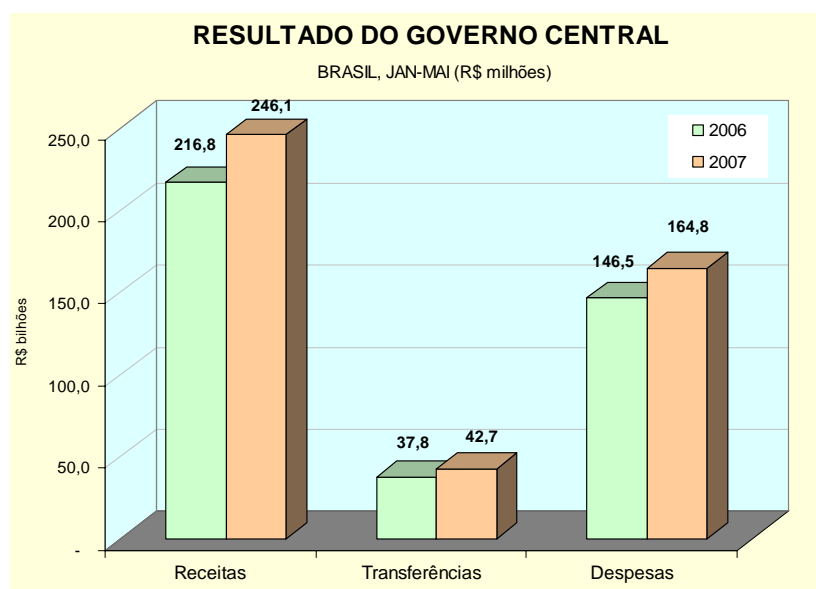
RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Tesouro Nacional	5,31%	5,62%
Previdência Social	-1,74%	-1,74%
Banco Central	0,00%	-0,02%
<b>Governo Central</b>	<b>3,57%</b>	<b>3,86%</b>

*A arrecadação do Governo Central cresceu 13,5% em 2007, associada preponderantemente à maior lucratividade das empresas e à recuperação de débitos em atraso, com impacto positivo sobre a receita do imposto de renda e da CSLL.*

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Receita Total	23,79%	24,60%
Transferências	4,15%	4,27%
<b>Receita Líquida</b>	<b>19,64%</b>	<b>20,34%</b>
Despesa Total	16,07%	16,48%
<b>Resultado Primário</b>	<b>3,57%</b>	<b>3,86%</b>

No ano, o resultado do Governo Central é 18,7% superior ao obtido em igual período de 2006 (R\$ 38,6 bilhões contra R\$ 32,5 bilhões), a despeito das medidas de desoneração tributária com reflexos no exercício corrente (e. g. lei geral das micro e pequenas empresas, correção da tabela do IRPF, prorrogação da depreciação acelerada e desoneração das edificações/infraestrutura). As receitas vêm crescendo não apenas em função do desempenho da economia e da evolução do nível de preços, mas também por conta de ingressos dos programas de parcelamento de débitos junto à SRF, PGFN e INSS adotado em 2006 (MP nº 303/2006). De fato, a receita total do Governo Central este ano cresceu 13,5%, ao passo que a expectativa de variação nominal do PIB nos cinco primeiros meses do ano, contra igual período de 2006, é de 9,7%. Todos os subgrupos da receita apresentaram elevação nominal, com destaque para os seguintes tributos: i) imposto de importação (22,2%), devido ao crescimento, em dólar, das importações tributadas; ii) IRPF (38,7%), devido à tributação sobre ganhos de capital na alienação de bens; e iii) IRPJ (20,4%) e CSLL (17,1%), devido à maior recuperação de débitos em atraso (depósitos administrativos e judiciais) e ao maior volume de pagamentos relativos à declaração de ajuste, especialmente por parte das instituições financeiras. Por fim, as demais receitas cresceram 10,1%, em grande medida devido ao maior recolhimento das receitas diretamente arrecadadas (R\$ 8,6 bilhões em 2007, contra R\$ 6,7 bilhões no ano anterior), com destaque para a primeira parcela do ônus referente à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado.

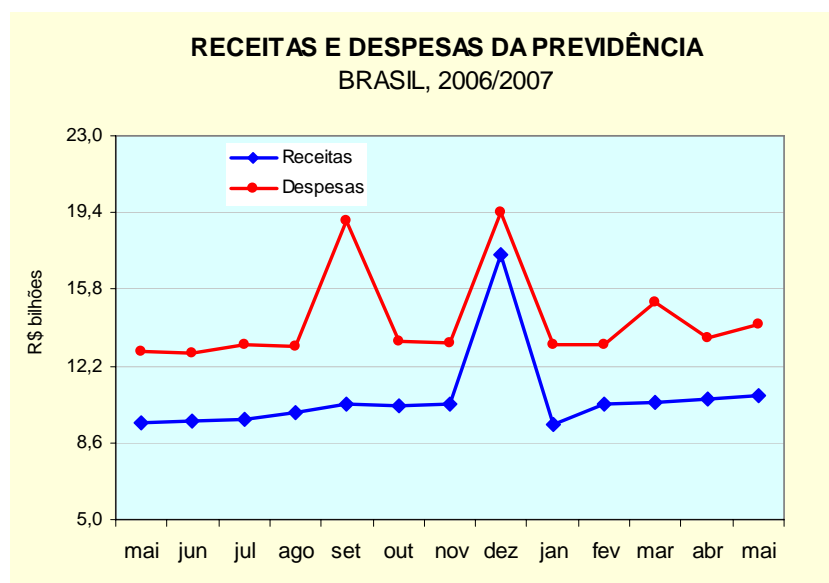
*As despesas do Governo Central apresentaram elevação de 12,5%, havendo tendência de crescimento em todos os subgrupos. As despesas do Tesouro (pessoal e custeio) cresceram 12,2% e os benefícios previdenciários, 12,9%.*



As transferências a estados e municípios cresceram 12,9% (R\$ 4,9 bilhões) em termos nominais. Destaque para o repasse de R\$ 1,2 bilhão a título de auxílio financeiro aos estados e municípios, contra R\$ 609,7 milhões nos cinco primeiros meses de 2006. As transferências constitucionais (FPM e FPE) cresceram 12,9% (R\$ 3,8 bilhões) no período, acima da estimativa de crescimento nominal do PIB (9,7%) e em linha com o comportamento dos tributos partilhados (imposto de renda e IPI).

As despesas do Tesouro Nacional cresceram 12,2% (R\$ 10,3 bilhões) em comparação com o mesmo período de 2006. Houve elevação em todos os subgrupos, com destaque para as despesas vinculadas ao salário mínimo, tais como LOAS/RMV (20,5%) e despesas do FAT com abono salarial e seguro-desemprego (15,5%). Por outro lado, as despesas com subsídios, subvenções e reordenamento de passivos estão R\$ 1,4 bilhão inferiores, em função da capitalização da Emgea em 2006, sem correspondência este ano. O aumento nas despesas com pessoal e encargos sociais nos cinco primeiros meses do ano foi de 12,2% (R\$ 5,0 bilhões superior ao gasto em igual período de 2006).

*Os benefícios assistenciais (LOAS/RMV) do Tesouro Nacional apresentaram elevação nominal de 20,5%, de R\$ 4,4 bilhões para R\$ 5,4 bilhões.*



*O resultado da Previdência Social foi deficitário em R\$ 17,4 bilhões até maio de 2007, R\$ 1,6 bilhão acima do registrado em igual período do ano anterior.*

O crescimento nominal do déficit da previdência social foi da ordem de R\$ 1,6 bilhão e deveu-se às despesas com o pagamento de precatórios judiciais, que foram R\$ 660,0 milhões (27,2%) superiores às desembolsadas em igual período de 2006 e ao impacto, em maio deste ano, dos efeitos do aumento do salário mínimo e da correção dos demais benefícios com valores acima do piso. O crescimento das despesas com benefícios previdenciários atingiu 12,9%, passando de R\$ 61,4 bilhões, até maio do ano passado, para R\$ 69,3 bilhões este ano.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,00%	5,19%
Benefícios	6,73%	6,93%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,74%</b>	<b>-1,74%</b>

Por outro lado, a arrecadação líquida aumentou 13,9%, especialmente devido à elevação da massa salarial (crescimento de 11,1%) que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento.

### Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional totalizou R\$ 37,6 bilhões em maio de 2007, contra R\$ 45,1 bilhões no mês anterior (redução de 16,6%). Por segmento, tal diminuição deveu-se à redução de R\$ 5,2 bilhões em impostos e contribuições sociais e de R\$ 2,3 bilhões nas demais receitas do Tesouro Nacional. Não obstante a receita administrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) ter sido recorde para o mês de maio, esta é normalmente inferior à de abril em decorrência de efeitos sazonais tais como o pagamento, em abril, da primeira cota ou cota-única do IRPF apurado na declaração de ajuste anual referente ao exercício anterior e do recolhimento do IRPJ e da CSLL referentes à apuração do primeiro trimestre do ano. Ademais, a diferença no número de dias úteis influencia negativamente a arrecadação dos tributos com apuração decendial ou fato gerador no mês anterior, tais como IPI, IRRF, IOF e CPMF.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, 2006-2007 (R\$ Milhões) <sup>1</sup>		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/07	MAI/07
<b>Impostos</b>	<b>19.256,3</b>	<b>15.559,1</b>
Imposto de Renda	15.114,0	11.476,0
IPI	2.602,3	2.468,9
Outros	1.540,0	1.614,2
<b>Contribuições</b>	<b>18.046,1</b>	<b>16.522,9</b>
Cofins	8.200,9	8.083,2
CPMF	3.063,1	2.772,2
CSLL	3.239,2	2.121,9
Cide - Combustíveis	669,5	644,1
Outras	2.873,5	2.901,5
<b>Demais</b>	<b>7.819,9</b>	<b>5.551,3</b>
Cota parte	2.324,4	801,2
Diretamente Arrecadada	3.214,3	1.219,2
Dividendos da União	1.321,6	1.068,9
Outras	959,7	2.462,0
<b>Total Bruto</b>	<b>45.122,3</b>	<b>37.633,3</b>

<sup>1</sup> Os valores referentes à retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

No que se refere aos impostos e contribuições sociais, foram arrecadados R\$ 32,1 bilhões no mês, 16,3% a menos que o observado em abril, R\$ 37,3 bilhões. As demais receitas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 5,6 bilhões, representando queda de R\$ 2,3 bilhões (29,0%) em relação ao mês anterior. Contribuíram para esse comportamento: i) a redução de R\$ 1,5 bilhão (65,5%) na participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural, resultante do recolhimento trimestral realizado no mês anterior; e ii) a diminuição de R\$ 2,0 bilhões (62,1%) nas receitas diretamente arrecadadas, em virtude do recolhimento, no mês de abril, da taxa anual de fiscalização de serviços de telecomunicações. Por outro lado, a receita de concessões teve aumento de R\$ 709,6 milhões, em decorrência do recolhimento da primeira parcela do ônus referente à renovação dos contratos de concessão para prestação do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) por parte das concessionárias. Tal ônus, denominado Preço Público pelo Direito de Exploração do STFC em Regime de Concessão, integra o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fis-tel) e tem as próximas parcelas com vencimento bienal. As outras receitas tiveram aumento de R\$ 800,9 milhões, decorrente de depósitos administrativos e judiciais.

### Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

Nos primeiros cinco meses de 2007, a receita bruta do Tesouro Nacional totalizou 19,59% do PIB, dos quais 8,28% correspondem à arrecadação de impostos, 8,58% de contribuições e 2,73% relativos às demais receitas.

Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional apresentou crescimento de R\$ 23,2 bilhões (13,4%) quando comparado ao período equivalente no ano anterior, passando de R\$ 172,8 bilhões para R\$ 196,0 bilhões. Esse aumento na arrecadação de tributos é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores:

- a) crescimento de R\$ 5,1 bilhões (20,4%) na arrecadação de IRPJ e de R\$ 2,1 bilhões (17,1%) na arrecadação de CSLL, em função da maior arrecadação relativa à Declaração de Ajuste nos meses de janeiro a março, do maior volume de depósitos administrativos e judiciais e da retomada do recolhimento regular por parte de empresas do setor financeiro;
- b) elevação de R\$ 3,0 bilhões (12,3%) no IRRF, devido ao crescimento de 16,9% no IRRF rendimentos do trabalho, 14,3% no IRRF remessas ao exterior e 24,0% no IRRF outros rendimentos. Contribuíram para esse desempenho o crescimento da massa salarial, o maior volume de remessas com juros e comissões em geral, a elevação na remuneração de serviços prestados por pessoas jurídicas e o recolhimento sobre prêmios obtidos em concursos e sorteios;
- c) acréscimo de R\$ 2,5 bilhões (10,1%) na arrecadação de demais receitas, explicado principalmente pela elevação de R\$ 1,9 bilhão (33,0%) nas receitas diretamente arrecadadas e pela elevação de R\$ 1,7 bilhão (159,4%) nas outras receitas, em função de arrecadação atípica de depósitos judiciais no mês de maio de 2007;
- d) acréscimo de R\$ 1,6 bilhão (38,7%) na arrecadação de IRPF, decorrente principalmente da arrecadação relativa ao item ganho de capital na alienação de bens (explicado pela intensificação do controle sobre as Declarações de Operações Imobiliárias – DOI e sobre as Declarações de Informações de Atividades Imobiliárias – Dimob). Também contribuíram para o resultado observado operações concentradas de venda de ativos de alto valor que ocorreram em maio de 2007; e
- e) elevação de R\$ 1,5 bilhão (14,4%) na arrecadação do IPI e de R\$ 843,5 milhões (22,2%) na arrecadação do imposto de importação, explicadas pela seguinte conjugação de fatores: i) elevação de 27,01% no valor em dólar das importações tributadas; ii) aumento de 3,59% na alíquota média efetiva do imposto de importação e de 12,18% na alíquota média efetiva do IPI vinculado, em função de alterações na composição da cesta de produtos; e iii) redução de 5,24% na taxa média de câmbio.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Impostos</b>	<b>7,72%</b>	<b>8,28%</b>
Imposto de Renda	5,84%	6,29%
IPI	1,17%	1,22%
Outros	0,71%	0,77%
<b>Contribuições</b>	<b>8,51%</b>	<b>8,58%</b>
Colins	3,98%	3,95%
CPMF	1,37%	1,42%
CSLL	1,34%	1,43%
Cide - Combustíveis	0,34%	0,32%
Outras	1,49%	1,46%
<b>Demais</b>	<b>2,72%</b>	<b>2,73%</b>
Cota parte	0,86%	0,72%
Diretamente Arrecadada	0,74%	0,86%
Dividendos da União	0,68%	0,51%
Outras	0,44%	0,63%
<b>Total Bruto</b>	<b>18,96%</b>	<b>19,59%</b>

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2006	2007
Petrobras	2.340,7	2.588,1
Banco do Brasil	1.164,5	957,8
CEF	1.100,2	342,3
BNDES	1.200,3	923,6
ECT	91,9	-
IRB	130,1	15,8
Serpro	-	29,4
BASA	126,8	109,3
FND	-	32,2
BNB	28,9	78,1
Demais	34,0	48,0
<b>Total</b>	<b>6.217,5</b>	<b>5.124,5</b>

Até maio de 2007, as demais receitas somaram R\$ 27,3 bilhões, contra R\$ 24,8 bilhões em idêntico período de 2006, apresentando aumento de 10,1%. Esse resultado foi decorrente, principalmente, do acréscimo de R\$ 1,9 bilhão na receita diretamente arrecadada. Dentro desse item, além da STFC destacam-se: i) os recursos obtidos com as taxas que compõem o Fistel, que em 2007 recolheu R\$ 1,6 bilhão contra R\$ 1,5 bilhão em 2006; ii) os recursos provenientes da participação sobre o recolhimento do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículo Automotores de via terrestre (DPVAT), que em 2007 arrecadou R\$ 982,3 milhões contra R\$ 737,1 milhões em igual período de 2006; e iii) elevação de R\$ 271,4 milhões na arrecadação das empresas concessionárias de energia elétrica destinada ao MME a título de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, de acordo com a Lei nº 9.991/2000. Apesar de a lei prever essa contribuição, ela só foi regulamentada com a Resolução Normativa Aneel nº 233/2006, a qual estabeleceu os critérios para seu cálculo, aplicação e recolhimento. Para o pagamento dos saldos devedores existentes até 31 de dezembro de 2006, foi estabelecida a data-limite de 1º de março de 2007, o que justifica a arrecadação atípica verificada no período.

## Transferências a Estados e Municípios

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 9,4 bilhões em maio contra R\$ 8,6 bilhões em abril, correspondendo a um acréscimo de 10,0%. Concorreram para tal comportamento os seguintes fatores: a) aumento de R\$ 852,5 milhões no repasse referente ao pagamento de participação especial da cota-parte de compensações financeiras na exploração de petróleo e gás natural; b) incremento de R\$ 209,1 milhões nas transferências aos fundos de participação, como consequência da maior arrecadação de IR e do IPI em abril, com reflexo no repasse efetuado em maio; e c) repasse de R\$ 216,7 milhões referentes ao auxílio financeiro a estados e municípios para fomento das exportações (Lei Complementar nº 115/2002), sem contrapartida em abril. Ressalte-se que a transferência de recursos da Cide-Combustíveis no valor de R\$ 434,5 milhões, ocorrida em abril, relativa à arrecadação apurada no trimestre encerrado em março, não teve correspondência em maio.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/07	MAI/07
Constitucionais (IR, IPI e outros)	7.076,5	7.285,6
CIDE-Combustíveis	434,5	-
Lei Complementar nº 115/2002 <sup>1</sup>	-	216,7
Demais	1.059,4	1.921,4
<b>Total</b>	<b>8.570,4</b>	<b>9.423,7</b>

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS (IR + IPI-EXP.) BRASIL, 2006-2007 (R\$ milhões)		
DECÊNIO	ABR/07	MAI/07
Terceiro Decênio	8.659,3	10.097,1
Primeiro Decênio	4.359,1	3.770,6
Segundo Decênio	2.500,4	2.149,6
<b>Total</b>	<b>15.518,8</b>	<b>16.017,2</b>

Na comparação entre o acumulado de 2007 e o de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram, em seu conjunto, acréscimo de R\$ 4,9 bilhões (12,9%), elevando-se de R\$ 37,8 bilhões em 2006 para R\$ 42,7 bilhões em 2007. Como proporção do PIB, as transferências totalizaram 4,27% pontos percentuais em 2007, superior ao percentual observado no ano passado (4,15% do PIB).



As transferências para os fundos constitucionais (FPE e FPM) aumentaram em R\$ 3,8 bilhões (12,9%), acompanhando o crescimento das receitas tributárias compartilhadas. Também houve acréscimo de R\$ 423,0 milhões (6,2%) nas demais transferências, explicado pela elevação de R\$ 142,5 milhões nas transferências com salário-educação e de R\$ 493,7 milhões nas transferências com o Fundeb. Em sentido contrário, o repasse de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás apresentou queda de R\$ 217,9 milhões em decorrência da redução do preço internacional do petróleo e da apreciação cambial.

As transferências relativas à prestação de auxílio financeiro com o objetivo de fomentar as exportações totalizaram R\$ 1,2 bilhão em 2007 contra R\$ 609,7 milhões em igual período de 2006, aumento de 96,1% decorrente da transferência de: i) R\$ 975 milhões previstos na MP nº 355/2007; e ii) R\$ 975,0 milhões previstos na MP nº 368/2007, a serem repassados em oito parcelas, das quais as duas primeiras (totalizando R\$ 216,7 milhões) foram transferidas no mês de maio.

Em maio, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 19,7 bilhões, apresentando aumento de R\$ 1,4 bilhão (7,4%) relativamente a abril. A mais expressiva variação, R\$ 1,2 bilhão (aumento de 12,5%), referiu-se a despesas de custeio e capital – concentrada no item “outras” (R\$ 877,1 bilhões). Os gastos com subsídios e subvenções econômicas cresceram (R\$ 163,1 milhões, 35,0%) no mês. E as despesas de pessoal e encargos sociais cresceram (R\$ 102,4 milhões, 1,2%) em relação ao mês anterior.

Os gastos totais com custeio e capital atingiram R\$ 11,1 bilhões, dos quais R\$ 8,1 bilhões relativos a outras despesas de custeio e capital, R\$ 1,1 bilhão em despesas com LOAS e R\$ 102,6 milhões nos gastos do FAT.

O aumento nos dispêndios com subsídios e subvenções econômicas decorreu, principalmente, de gastos com o Programa Garantia e Sustentação de Preços (R\$ 132,0 milhões), Programa de Equalização de Custeio Agropecuário (R\$ 100,2 milhões), Programa Nacional de Agricultura Familiar – Pronaf (R\$ 77,2 milhões), Programa de Incentivo às Exportações – Proex (R\$ 65,7 milhões) e o Programa Aquisições do Governo Federal – AGF (R\$ 47,6 milhões). Verificou-se, por outro lado, redução nos gastos com subvenções aos Fundos Regionais (R\$ 61,1 milhões).

No âmbito das outras despesas de custeio e capital, houve acréscimo de R\$ 104,8 milhões nas despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público –

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	29.517,4	33.322,7
CIDE - Combustíveis	861,5	913,5
Lei Complementar nº 115/2002	609,7	1.195,6
Demais	6.814,3	7.237,3
<b>Total</b>	<b>37.802,9</b>	<b>42.669,2</b>

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,24%	3,33%
CIDE - Combustíveis	0,09%	0,09%
Lei Complementar nº 115/2002 <sup>1</sup>	0,07%	0,12%
Demais	0,75%	0,72%
<b>Total</b>	<b>4,15%</b>	<b>4,27%</b>

<sup>1</sup> Inclui auxílio financeiro

## Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/07	MAI/07
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>8.394,8</b>	<b>8.497,1</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>9.869,8</b>	<b>11.105,1</b>
Despesas do FAT	1.103,1	1.205,7
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	465,5	628,6
LOAS/RMV	1057,3	1.149,8
Outras	7.243,9	8.120,9
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>28,8</b>	<b>53,9</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	ABR/07	MAI/07
Sentenças Judiciais	17,7	15,4
Legislativo/Judiciário	388,4	423,8
Crédito Extraordinário	281,9	351,7
Projeto Piloto de Investimento <sup>2</sup>	190,4	295,2
Outras Obrigatórias <sup>1</sup>	103,3	153,5
Discricionárias <sup>3</sup>	6.262,2	6.881,3
diq Min. do Des. Social	853,6	1.201,2
Min. da Defesa	321,7	584,8
Min. da Ciência e Tecnologia	176,8	319,8
Min. das Relações Exteriores	35,5	149,9
Min. da Integração Nacional	2,7	40,9
Min. da Educação	491,3	525,7
Min. da Agricultura	100,7	80,5
Min. do Trabalho e Emprego	172,9	40,1
Min. do Des. Agrário	208,5	64,7
Demais	3.898,5	3.873,7
<b>Total</b>	<b>7.243,9</b>	<b>8.120,9</b>

<sup>1</sup> Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.

<sup>2</sup> Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

<sup>3</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei nº 11.438, de 29/11/06 (LDO-2006).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2007 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	ABR/07	MAI/07
<b>Agricultura</b>	<b>218,2</b>	<b>398,8</b>
Custeio Agropecuário	104,6	100,2
Investimento Rural	0,3	0,4
Preços Agrícolas	44,2	181,3
- EGF	0,8	1,6
- AGF	43,4	47,6
- Sustentação de preços	-	132,0
Pronaf	47,0	77,2
Pesa	22,1	39,6
Securitização	-	-
Fundo da Terra/Incra	42,1	35,1
FUNCAFE	0,0	0,0
<b>Outras áreas</b>	<b>1,3</b>	<b>45,0</b>
Habitação (PSH)	-	2,7
Exportação (Proex)	7,4	65,7
FND (BNDES)	(48,2)	(58,4)
<b>Total</b>	<b>219,5</b>	<b>443,8</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

### **Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior**

PPI (55,0%), R\$ 69,9 milhões na execução das despesas decorrentes de créditos extraordinários (24,8%) e de R\$ 35,4 milhões nos dispêndios com o funcionamento dos Poderes Legislativo e Judiciário (9,1%).

As despesas discricionárias aumentaram R\$ 619,1 milhões (9,9%), concentradas principalmente nos Ministérios do Desenvolvimento Social (R\$ 347,6 milhões), Defesa (R\$ 263,1 milhões), Educação (R\$ 65,9 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 143,0 milhões) e Relações Exteriores (R\$ 114,3 milhões). Por outro lado, houve redução dessas despesas nos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (R\$ 143,8 milhões), Trabalho e Emprego (R\$ 132,8 milhões), Agricultura (R\$ 20,2 milhões), entre outros.

Nos primeiros cinco meses de 2007, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 9,47% do PIB, contra 9,27% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 10,3 bilhões (12,2%) em relação a 2006, acima do crescimento do PIB nominal no período (9,75%). Destacam-se os incrementos de R\$ 5,3 bilhões (12,3% ou 0,11 ponto percentual do PIB) nas despesas de custeio e capital e de R\$ 5,0 bilhões (12,2% ou 0,10 ponto percentual do PIB) nos gastos com pessoal e encargos sociais.

A folha de pagamento da União passou de 4,47% do PIB até maio de 2006 contra 4,57% no mesmo período de 2007. Vale destacar que o aumento observado no período reflete em grande parte a reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 4,77% do PIB em 2006 para 4,88% em 2007, o maior incremento ocorreu na rubrica 'outras despesas de custeio e capital' (0,05 p.p.) – acréscimo de R\$ 5,1 bilhões (16,4%) em relação ao ano anterior.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram R\$ 911,3 milhões (20,5%) em relação ao acumulado de 2006. Essa variação é explicada pelos reajustes do salário mínimo (16,67%, em 2006, e 8,57% em 2007) e pelo crescimento vegetativo de 8% no período (média contra média) da quantidade de benefícios pagos. Os benefícios assistenciais pagos somaram 2,5 bilhões, dos quais 1,2 milhão foram destinados aos idosos e 1,3 milhão aos portadores de deficiência.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>4,47%</b>	<b>4,57%</b>
<b>Custeio e Capital</b>	<b>4,77%</b>	<b>4,88%</b>
Despesas do FAT	0,49%	0,51%
Subsídios e Subvenções <sup>1</sup>	0,40%	0,22%
LOAS/RMV	0,49%	0,54%
Outras	3,40%	3,61%
<b>Transferência ao Bacen</b>	<b>0,03%</b>	<b>0,02%</b>

<sup>1</sup> Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

**As despesas com LOAS/RMV aumentaram 20,5% em 2007. A média dos benefícios emitidos até maio é 8% superior à média de igual período do ano anterior.**

**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS  
BRASIL, 2001-2007**

	Total LOAS	Varição em relação à média do ano anterior	Idoso	Varição em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Varição em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média 2006	2.389.050	10%	1.131.939	13%	1.257.111	8%
média jan-mai/01	1.244.602	-	421.223	-	823.380	-
média jan-mai/02	1.385.071	11%	496.463	18%	888.609	8%
média jan-mai/03	1.591.721	15%	603.991	22%	987.730	11%
média jan-mai/04	1.788.734	12%	739.440	22%	1.049.294	6%
média jan-mai/05	2.111.718	18%	965.206	31%	1.146.512	9%
média jan-mai/06	2.331.776	10%	1.096.917	14%	1.234.859	8%
média jan-mai/07	2.515.111	8%	1.205.739	10%	1.309.373	6%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 2,2 bilhões no período de janeiro a maio de 2007 (redução de R\$ 1,4 bilhão), explicada pelas despesas relativas ao aumento de capital da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) em 2006, sem contrapartida em 2007. Além disso, registrou-se naquele exercício provisionamento aos fundos regionais em vista do aumento dos índices de inadimplência e da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005 – com impacto sobre o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO), fato não acontecido em 2007.

No âmbito das operações oficiais de crédito, verificou-se aumento de 47,2% (R\$ 454,1 milhões). As principais despesas dessa rubrica foram para o Programa de Garantia e Sustentação de Preços (R\$ 726,5 milhões), Programa de Equalização de Custeio Agropecuário (R\$ 394,2 milhões) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (R\$ 263,5 milhões). Por outro lado, reduziram-se os dispêndios em relação ao ano anterior nos seguintes Programas: i) Equalização de Investimento Rural e Industrial (R\$ 295,2 milhões); ii) Aquisição Governo Federal (R\$ 172,3 milhões); e iii) Subsídio à Habitação de Interesse Social -PSH (R\$ 146,2 milhões).

No que se refere às outras despesas de custeio e capital, houve aumento de R\$ 5,1 bilhões em relação ao período de janeiro a maio de 2006. As despesas com o Projeto Piloto de Investimento Público (PPI), passíveis de redução da meta de superávit primário (nos termos do art. 3º da LDO/2007), totalizaram R\$ 990,5 milhões em 2007, contra R\$ 592,4 milhões no ano anterior.

Registraram crescimento de (26,2%) as sentenças judiciais, bem como os dispêndios dos Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste (5.473,3%). Os gastos discricionários cresceram R\$ 2,9 bilhões (10,8%) em relação ao mesmo período de 2006, dos quais R\$ 1,2 bilhão correspondeu às des-

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Sentenças Judiciais	874,2	1.103,3
Legislativo/Judiciário	1.734,8	1.982,5
Crédito Extraordinário	658,0	1.741,1
Projeto Piloto de Investimento <sup>1</sup>	592,4	990,5
Outras Obrigatórias <sup>2</sup>	159,0	386,7
Discricionárias <sup>3</sup>	26.995,3	29.907,8
d/q Min. da Saúde	13.692,6	14.632,6
Min. do Des. Social	3.263,5	4.180,5
Min. da Defesa	1.173,9	1.768,4
Min. da Ciência e Tecnologia	672,2	1.011,5
Min. do Esporte e Turismo	86,7	263,9
Min. do Des. Agrário	531,3	638,3
Min. das Cidades	238,1	187,9
Min. da Integração Nacional	375,9	210,7
Min. Dos Transportes	698,9	423,3
Demais	6.272,1	6.590,7
<b>Total</b>	<b>31.013,8</b>	<b>36.112,0</b>

<sup>1</sup> Inclui dotações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e Integralização de cotas de organismos internacionais.

<sup>2</sup> Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesas adicionais vinculadas a projetos do PPI.

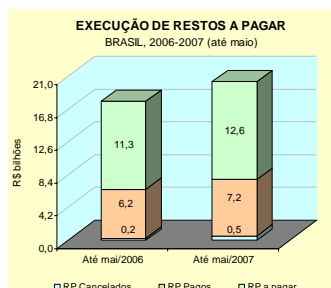
<sup>3</sup> Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.439, de 29/12/06 (LDO-2006).

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO <sup>1</sup>	2006	2007
<b>Agricultura</b>	<b>1.086,5</b>	<b>1.629,6</b>
Custeio Agropecuário	70,4	394,2
Investimento Rural	300,7	5,5
Preços Agrícolas	489,3	726,3
- EGF	1,5	3,3
- AGF	169,2	-3,4
- Sustentação de preços	318,6	726,5
Pronaf	-0,7	263,5
Pesa	143,1	92,2
Cacau	0,6	0,0
Securitização	0,0	0,0
Fundo da Terra/Incrá	83,2	148,0
FUNCAFÉ	0,0	0,0
<b>Outros</b>	<b>-123,7</b>	<b>-212,7</b>
Habitação (PSH)	148,9	2,7
FND	-240,5	-268,5
Exportação (Proex)	-32,0	53,2
<b>Total</b>	<b>962,9</b>	<b>1.416,9</b>

<sup>1</sup> Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção

<sup>2</sup> Dados revisados

pesas dos Ministérios do Desenvolvimento Social, Defesa (R\$ 584,8 milhões) e Educação (R\$ 525,7 milhões).



Com relação à execução de restos a pagar (RP), no período de janeiro a maio de 2007 o montante pago correspondeu a R\$ 7,2 bilhões, equivalente a 35,6% do total de RP inscritos (menos cancelamentos), contra 35,5% no mesmo período de 2006. Dos restos a pagar pagos, R\$ 3,7 bilhões (51,6%) são dispêndios com custeio e R\$ 3,5 bilhões (48,4%) referem-se às despesas com investimentos. Nessa rubrica houve execução de 25,8% até maio, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios de Transportes (R\$ 999,4 milhões), Saúde (R\$ 625,3 milhões), Educação (R\$ 408,1 milhões), Defesa (R\$ 244,8 milhões), Ciência e Tecnologia (R\$ 206,3 milhões) e Cidades (R\$ 195,0 milhões).

## Previdência Social

Em maio, o Regime Geral da Previdência Social (RGPS) registrou déficit de R\$ 3,3 bilhões, superior em R\$ 485,2 milhões ao registrado no mês anterior (incremento de 16,9%). Essa elevação do déficit primário se explica essencialmente pelo pagamento de R\$ 14,2 bilhões de benefícios previdenciários no mês, contra R\$ 13,5 bilhões em abril. O impacto nos benefícios foi parcialmente compensado pela elevação na arrecadação líquida da Previdência, que passou de R\$ 10,6 bilhões em abril para R\$ 10,8 bilhões em maio. Nos cinco primeiros meses do ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 17,4 bilhões, contra R\$ 15,8 bilhões observados no mesmo período de 2006 (crescimento de 10,0%).

**TABELA 2**  
**RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	ABR	MAI	JAN-MAI	
	2007	2007	2006	2007
<b>I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>10.622,1</b>	<b>10.837,5</b>	<b>45.570,4</b>	<b>51.907,5</b>
Arrecadação Bruta	11.710,7	11.979,6	49.852,5	57.596,9
- Contribuição Previdenciária	10.779,3	11.018,4	45.952,7	52.954,1
- Simples	711,7	737,1	2.827,6	3.426,0
- CFT	69,2	80,2	225,7	308,3
- Depósitos Judiciais	107,1	100,8	640,4	684,0
- Refis	22,0	20,9	122,2	108,2
- Outras Receitas	21,4	22,2	84,0	116,3
(-) Restituição/Devolução	-32,3	-49,9	-156,7	-196,6
(-) Transferências a Terceiros	-1.056,4	-1.092,3	-4.125,4	-5.492,8
<b>II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS</b>	<b>13.486,7</b>	<b>14.187,3</b>	<b>61.388,9</b>	<b>69.304,9</b>
Benefícios Previdenciários	13.486,7	14.187,3	61.388,9	69.304,9
<b>III. RESULTADO PRIMÁRIO</b>	<b>-2.864,6</b>	<b>-3.349,8</b>	<b>-15.818,5</b>	<b>-17.397,4</b>
<b>IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB</b>			<b>-1,74%</b>	<b>-1,74%</b>

*Em maio, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,3 bilhões, refletindo o reajuste do salário mínimo de R\$ 350,00 para R\$ 380,00. Nos primeiros cinco meses do ano, o déficit atingiu R\$ 17,4 bilhões, equivalente a 1,74% do PIB do período.*

A arrecadação líquida da Previdência Social cresceu R\$ 215,4 milhões (2,0%) com relação ao mês anterior. No ano, apresentou aumento de R\$ 6,3 bilhões (13,9%), impulsionado principalmente pelas contribuições previdenciárias, que passaram de R\$ 46,0 bilhões, até maio de 2006, para R\$ 53,0 bilhões neste ano (elevação de 15,2%), explicados sobretudo pelo crescimento da massa salarial. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a abril de 2007 foi 11,1% superior à verificada no período correspondente de 2006.

Por sua vez, as despesas com benefícios apresentaram, em maio, aumento de R\$ 700,6 milhões (5,2%) com relação ao mês anterior. No acumulado do ano, as despesas com benefícios elevaram-se em R\$ 7,9 bilhões (12,9%), atingindo o montante de R\$ 69,3 bilhões. Isso é explicado, principalmente, por dois fatores: i) aumento de R\$ 35,25 (6,9%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; e ii) elevação de 574,9 mil (2,7%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-MAI (R\$ milhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Contribuição	45.570,4	51.907,5	13,9%
Benefícios	61.388,9	69.304,9	12,9%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-15.818,5</b>	<b>-17.397,4</b>	<b>10,0%</b>

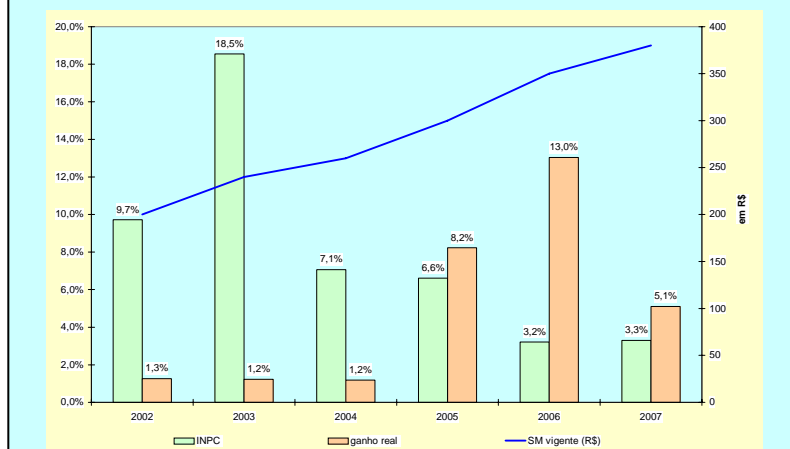
BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-MAI			
DISCRIMINAÇÃO	2006	2007	%
Quantidade RGPS*	21,1	21,7	2,7%
Valor médio RGPS**	512,9	548,1	6,9%

(\*) em milhões  
(\*\*) em R\$ 1,00

### Boxe 1 – Reajuste dos benefícios previdenciários

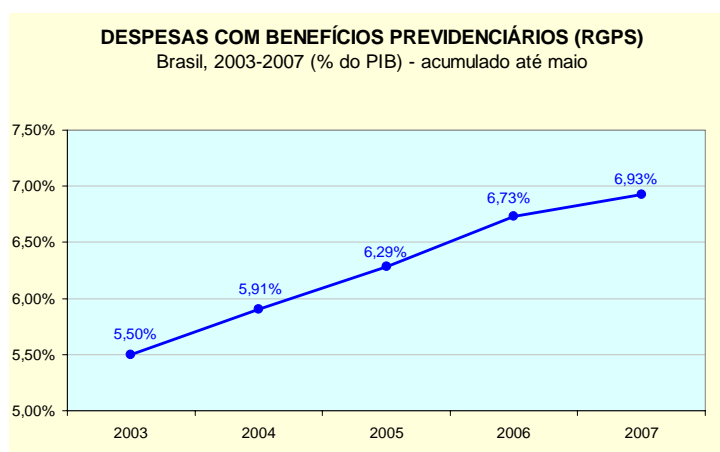
A MP nº 362, de 29 de março de 2007, alterou o valor do salário mínimo de R\$ 350,00 para R\$ 380,00 a partir de 1º de abril. Isso representa uma recomposição real do salário mínimo de 5,11%, considerando-se a variação do INPC de abril de 2006 a março de 2007. Pela Portaria MPS n.º 142, de 11 de abril de 2007, a Previdência Social reajustou os benefícios com valores superiores ao mínimo em 3,30% a partir de 1º de abril de 2006. A mesma Portaria estabeleceu o limite máximo do salário-de-contribuição e do salário-de-benefício em R\$ 2.894,28. Os efeitos dos reajustes do salário-mínimo e dos demais benefícios impactam o caixa do Tesouro Nacional a partir de maio. Ambos foram contemplados nas projeções do Decreto nº 6.076, de 10 de abril de 2007, onde se estima déficit do RGPS da ordem de R\$ 46 bilhões.

O gráfico a seguir apresenta o valor do salário mínimo vigente, o INPC acumulado no período e o ganho real resultante nos anos de 2002 a 2007.



O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a maio de cada ano. Verifica-se que em 2003 esses gastos correspondiam a 5,50% do PIB; em 2007, correspondem a 6,93% do PIB. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,36 ponto percentual do PIB por ano.

*As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 5,50% do PIB no acumulado de janeiro a maio de 2003 para 6,93% no mesmo período em 2007, representando crescimento de 26,0%.*



No estoque de benefícios dos primeiros cinco meses de 2007, comparativamente ao mesmo período do ano anterior, destacam-se os aumentos de 354,8 mil aposentadorias (2,7%), de 133,1 mil pensões por morte (2,2%) e de 87,1 mil benefícios de auxílio-doença (6,1%).

**TABELA 3**  
**QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL**  
**BRASIL, 2006-2007**

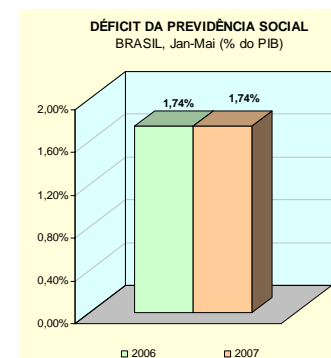
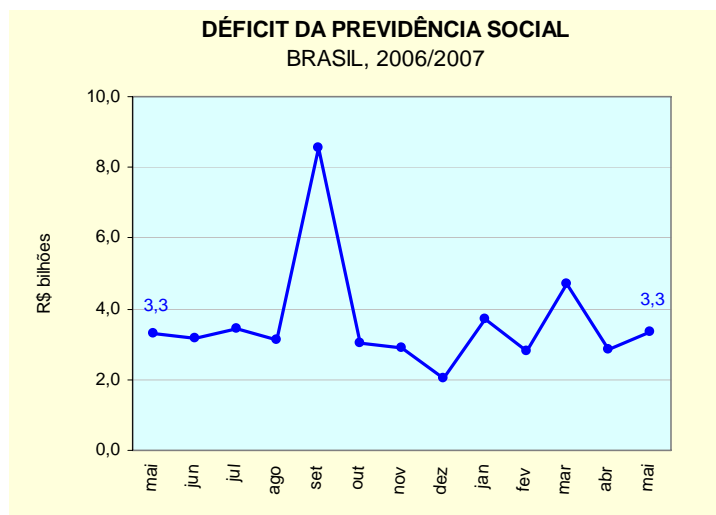
	Em mil benefícios				
	MAI	ABR	MAI	JAN-MAI	
	2006	2007	2007	2006	2007
<b>Benefícios do RGPS</b>	<b>21.103</b>	<b>21.750</b>	<b>21.799</b>	<b>21.103</b>	<b>21.678</b>
<b>Previdenciários</b>	<b>20.378</b>	<b>21.018</b>	<b>21.053</b>	<b>20.365</b>	<b>20.946</b>
Aposentadorias	13.235	13.540	13.569	13.158	13.511
Idade	6.768	6.975	6.994	6.732	6.957
Invalidez	2.717	2.737	2.736	2.702	2.737
Tempo de contribuição	3.750	3.828	3.839	3.723	3.817
Pensão por morte	5.853	5.965	5.979	5.818	5.952
Auxílio-Doença	1.214	1.436	1.424	1.317	1.409
Salário - maternidade	42	41	43	39	38
Outros	34	36	38	33	36
<b>Acidentários</b>	<b>725</b>	<b>733</b>	<b>746</b>	<b>738</b>	<b>732</b>
Aposentadorias	146	147	147	145	147
Pensão por morte	130	129	129	130	129
Auxílio - doença	93	101	115	107	101
Auxílio - acidente	269	270	270	268	270
Auxílio - suplementar	88	85	85	88	85

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,19 ponto percentual em relação ao período de janeiro a maio do ano passado, em linha com o aumento de 0,20 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 1,74% do PIB, mesmo nível registrado em idêntico período de 2006.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA**

BRASIL, JAN-MAI (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2006	2007
Contribuição	5,00%	5,19%
Benefícios	6,73%	6,93%
<b>Resultado Primário</b>	<b>-1,74%</b>	<b>-1,74%</b>





## **DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL**

Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 655,8 bilhões, equivalente a 27,2% do PIB acumulado nos últimos doze meses, superior em 0,6 ponto percentual ao observado no mês anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 17,8 bilhões, no mês, determinado pelo crescimento de R\$ 27,1 bilhões da parcela interna da dívida líquida e pela diminuição de R\$ 9,3 bilhões de seu componente externo.

*Em maio, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 655,8 bilhões, o equivalente a 27,2% do PIB acumulado em doze meses.*

**TABELA 4**  
**DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 MAI	2007 ABR      MAI	
<b>I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>377.157</b>	<b>506.776</b>	<b>533.831</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	997.517	1.161.265	1.184.626
Dívida Contratual da STN	-448.638	-463.360	-458.135
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-171.722	-191.129	-192.659
<b>II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA</b>	<b>152.073</b>	<b>131.250</b>	<b>121.977</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público	119.588	103.574	95.942
Dívida Contratual	32.855	27.961	26.290
Disponibilidades	-370	-285	-255
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>529.230</b>	<b>638.026</b>	<b>655.808</b>
<b>IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB</b>	<b>23,9%</b>	<b>26,6%</b>	<b>27,2%</b>

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.  
Sinal negativo (-) indica haveres líquidos.

### **Dívida Interna Líquida**

A Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de maio com saldo de R\$ 533,8 bilhões, equivalentes a 22,1% do PIB acumulado em 12 meses. Essa elevação ocorreu em função da elevação na dívida mobiliária em mercado, R\$ 23,4 bilhões, e pela redução dos haveres contratuais líquidos em R\$ 3,7 bilhões.

A dívida mobiliária em mercado aumentou devido às emissões líquidas ocorridas no mês, R\$ 11,3 bilhões, e pela apropriação de juros por competência em R\$ 12,1 bilhões. Por outro lado, a variação ocorrida nos haveres contratuais foi, principalmente, devido à diminuição em R\$ 4,2 bilhões no saldo da arrecadação a recolher, referente a tributos federais disponíveis na rede bancária no último dia do mês.



**TABELA 5**  
**DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2006 MAI	2007 ABR	2007 MAI
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA</b>	<b>377.157</b>	<b>506.776</b>	<b>533.831</b>
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO</b>	<b>997.517</b>	<b>1.161.265</b>	<b>1.184.626</b>
LFT	431.610	419.905	424.160
LTN	279.637	328.272	335.420
NTN-B	144.794	196.655	198.117
NTN-C	64.806	64.228	64.450
NTN-D	4.039	1.237	1.190
NTN-F	16.179	92.088	103.048
Demais	35.885	33.188	32.554
Dívida Securitizada	16.895	21.247	21.257
TDA	3.672	4.446	4.429
<b>DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>-620.360</b>	<b>-654.489</b>	<b>-650.795</b>
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-448.638</i>	<i>-463.360</i>	<i>-458.135</i>
Dívida Bancária	24.456	23.506	23.412
Lei nº 7.976/89	-5.473	-2.872	-2.725
Lei nº 8.727/93	-47.232	-46.040	-45.896
Lei nº 9.496/97	-253.676	-268.897	-269.632
Renegociação Dívidas Municipais	-38.777	-41.588	-41.722
Demais Haveres da STN	-127.937	-127.469	-121.573
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-171.722</i>	<i>-191.129</i>	<i>-192.659</i>
FAT	-122.960	-134.397	-134.995
Demais Entidades	-48.762	-56.732	-57.665
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB</b>	<b>45,1%</b>	<b>48,5%</b>	<b>49,1%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB</b>	<b>-28,1%</b>	<b>-27,3%</b>	<b>-27,0%</b>
<b>DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB</b>	<b>-20,3%</b>	<b>-19,3%</b>	<b>-19,0%</b>
<b>DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>17,1%</b>	<b>21,2%</b>	<b>22,1%</b>

*Verificou-se elevação da Dívida Interna Líquida em 1,0 ponto percentual do PIB. Contribuíram para esse resultado: emissões líquidas de títulos da dívida mobiliária, apropriação de juros por competência e redução nos haveres contratuais líquidos da STN.*

Em maio, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 51,5 bilhões, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates totalizaram R\$ 40,2 bilhões, o que resultou em emissão líquida de R\$ 11,3 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 51,3 bilhões, sendo: i) R\$ 20,1 bilhões em NTN-B, com vencimentos em novembro de 2009, maio de 2017, 2035 e 2045 e agosto de 2012 e 2024; ii) R\$ 13,1 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro e abril de 2008 e julho de 2008 e 2009; iii) R\$ 9,8 bilhões em NTN-F, com vencimentos em julho de 2010 e janeiro de 2012 e 2017; e iv) R\$ 8,2 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro de 2010 e março de 2012.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 140,1 milhões, distribuídas da seguinte maneira: i) R\$ 88,0 milhões em CFT-E1 para o Fies; e ii) R\$ 52,1 milhões em títulos da dívida securitizada (CVS – série A, B, C e D) para novação de dívidas com diversos credores.

## **Emissões e Resgates**

*Em maio, as emissões líquidas de títulos prefixados somaram R\$ 13,3 bilhões, sendo R\$ 3,5 bilhões de LTN e R\$ 9,8 bilhões de NTN-F.*

**TABELA 6**  
**EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, MAI/2007**

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
<b>I. EMISSÕES</b>	<b>51.268,4</b>	<b>140,1</b>	<b>89,4</b>	<b>51.497,8</b>
LFT	8.209,4	0,0	9,0	8.218,4
LTN	13.107,4	0,0	26,3	13.133,8
NTN-B	20.138,2	0,0	37,9	20.176,1
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	9.813,4	0,0	16,1	9.829,5
TDA	0,0	0,0	0,0	0,0
Securitizada*	0,0	52,1	0,0	52,1
Demais	0,0	88,0	0,0	88,0
<b>II. RESGATES**</b>	<b>35.770,6</b>	<b>4.399,9</b>	<b>59,1</b>	<b>40.229,6</b>
LFT	5.974,2	2.377,4	7,9	8.359,6
LTN	9.672,4	0,0	7,7	9.680,1
NTN-B	19.837,8	1.494,5	37,4	21.369,7
NTN-C	286,2	0,0	3,6	289,8
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	2,4	2,4
TDA	0,0	15,6	0,0	15,6
Securitizada*	0,0	179,5	0,0	179,5
Demais	0,0	332,9	0,0	332,9
<b>III. VALOR LÍQUIDO (I-II)</b>	<b>15.497,8</b>	<b>-4.259,8</b>	<b>30,3</b>	<b>11.268,2</b>

\* Inclui dívida agrícola.

\*\* Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

### Boxe 2 – Tesouro Direto

Em maio, a venda de títulos por meio do Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via Internet, alcançou R\$ 89,4 milhões. O título mais demandado pelos investidores foi a NTN-B (incluindo NTN-B Principal), com 42,5% do montante vendido, seguida pela LTN, com 29,5% e pela NTN-F, com 18,1%.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2007 atingiram, respectivamente, R\$ 394,5 milhões e 12.353 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 2.395 novos investidores no Tesouro Direto. O número de investidores cadastrados desde o início do programa atingiu 85.551 pessoas, apresentando aumento de 43,0% em relação ao número de investidores acumulados em maio de 2006.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela Internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 89,4 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 37,9 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2008, 2010, 2012 e 2024 e maio de 2009, 2011, 2015, 2017, 2035 e 2045; ii) R\$ 26,3 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro e julho de 2009; iii) R\$ 16,1 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012, 2014 e 2017 e julho de 2010; e iv) R\$ 9,0 milhões em LFT com vencimentos em março de 2010 e 2012.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em maio atingiu R\$ 40,2 bilhões, sendo R\$ 23,4 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 16,8 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 4,7 bilhões em LTN e R\$ 2,0 bilhões em LFT aceitas em leilões de troca de seus respectivos títulos; ii) R\$ 7,2 bilhões em NTN-B, R\$ 2,5 bilhões em LFT, R\$ 286,2 milhões em NTN-C, R\$ 807,1 mil em LFT-A e R\$ 321,8 mil em TDA, todas aceitas no leilão de troca de NTN-B; e iii) R\$ 38,2 milhões em títulos da dívida securitizada CVS-B aceitos em pagamento de dividendos da Caixa Econômica Federal.

Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento de 0,82 ponto percentual na participação de títulos prefixados, devido às emissões líquidas de LTN e NTN-F no valor de R\$ 3,5 bilhões e R\$ 9,8 bilhões, respectivamente.

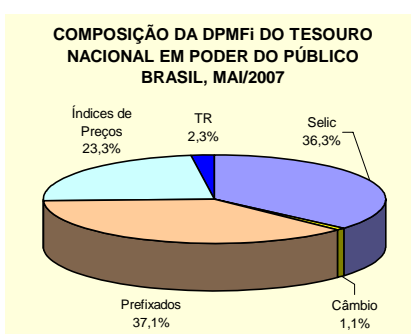
## Composição

**TABELA 7**  
**COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE\* BRASIL, 2006/2007**

(%)

INDEXADOR	2006		2007
	MAI	ABR	MAI
Selic	44,05	36,64	36,28
Câmbio	1,79	1,15	1,08
Prefixados	29,70	36,24	37,06
Índices de Preços	22,42	23,66	23,33
TR	2,04	2,31	2,26

\* Não inclui dívida agrícola.



*Os títulos prefixados tiveram sua participação na DPMFi ampliada em 0,82 ponto percentual, enquanto os papéis remunerados por Selic e índices de preços tiveram sua participação reduzida em 0,37 e 0,33 ponto percentual, respectivamente.*

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução, ao passar de 12,86% a.a. em abril para 11,99% a.a. em maio devido aos seguintes fatores: i) maior apreciação do real frente ao dólar americano (5,16%, em maio, contra 0,80%, em abril); ii) menor variação diária da taxa Selic, devido ao maior número de dias úteis no mês; e iii) menor custo dos títulos prefixados LTN e NTN-F (14,11% e 13,31% em maio contra 14,50% e 13,61% em abril, respectivamente).

## Custo Médio

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 13,08% a.a. em abril para 12,84% a.a. em maio.

**TABELA 8**  
**CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, 2006/2007**

(% anual)

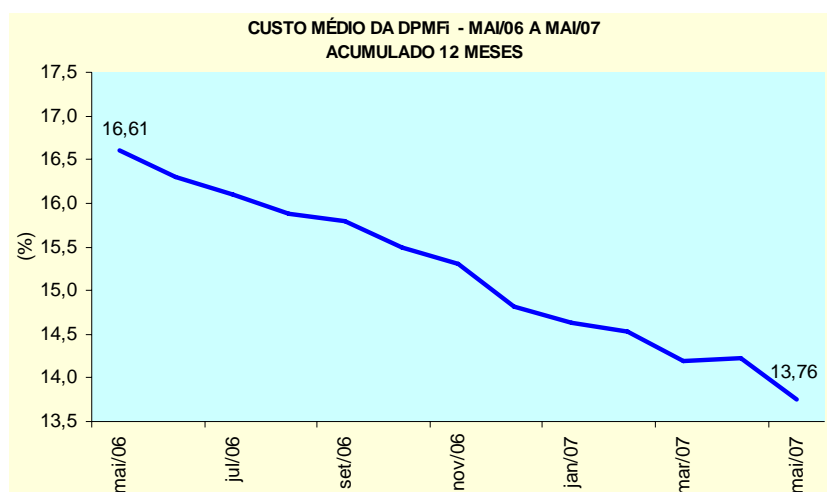
PERÍODO	TOTAL (1)	TOTAL (2)	
2006	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50
	Nov	14,89	14,98
2007	Dez	14,55	14,19
	Jan	14,44	14,21
	Fev	14,14	13,99
	Mar	13,63	13,02
	Abr	13,08	12,86
Mai	12,84	11,99	

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio  
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

*O custo médio anualizado da DPMFi reduziu-se de 12,86% a.a. em abril para 11,99% a.a. em maio.*

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi reduziu-se, ao passar de 14,22% a.a. em abril para 13,76% a.a. em maio, também refletindo a apreciação do real frente ao dólar americano (apreciação de 5,16% em maio de 2007, contra depreciação de 10,11% no mesmo mês do ano anterior) e da menor variação da taxa Selic (1,03% em maio de 2007, contra 1,28% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista que este indicador reduz a influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos.

*O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 13,76% a.a., apresentando redução de 0,46 ponto percentual em relação ao mês anterior.*



### **Prazo Médio**

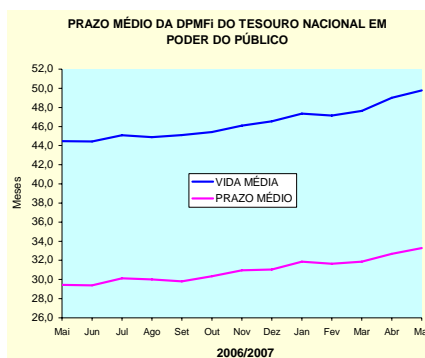
*Em comparação a abril, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,59 mês.*

Em maio, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,59 mês, passando de 32,69 meses para 33,28 meses. Destaca-se a influência da elevação em 6,25 meses no prazo médio da NTN-B, explicado pelo grande resgate ocorrido no mês conjuntamente ao expressivo volume de emissão desses títulos a um prazo médio de emissão superior ao verificado no mês anterior, que passou de 76,92 meses em abril para 80,38 meses em maio. A vida média da DPMFi também apresentou aumento, ao passar de 48,99 meses em abril para 49,77 meses em maio.

**TABELA 9**  
**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
<b>2006</b>			
Mai	44,46	29,44	24,44
Jun	44,43	29,38	24,55
Jul	45,07	30,12	25,27
Ago	44,89	30,01	25,22
Set	45,10	29,82	25,11
Out	45,42	30,35	25,76
Nov	46,11	30,96	26,56
Dez	46,55	31,06	26,72
<b>2007</b>			
Jan	47,35	31,88	27,64
Fev	47,16	31,64	27,42
Mar	47,62	31,88	27,75
Abr	48,99	32,69	28,72
Mai	49,77	33,28	29,50

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



**PRAZO MÉDIO DA DPMFI DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**  
**BRASIL, 2006/2007**

TÍTULOS	2006		2007
	MAI	ABR	MAI
LFT	18,03	22,54	22,36
LTN	10,01	10,55	10,12
NTN-B	58,65	58,51	64,76
NTN-C	79,42	83,20	82,39
NTN-D	10,23	13,74	12,71
TDA	60,51	57,76	56,66
Dívida Securitizada'	83,25	85,69	84,96
Demais	77,00	51,51	49,66
<b>TOTAL</b>	<b>29,44</b>	<b>32,69</b>	<b>33,28</b>

(\*) Inclui dívida agrícola.

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de maio de 2007 com saldo de R\$ 122,0 bilhões, o que representou uma redução de 7,1% em relação a abril, reflexo da apreciação cambial (5,2%) e da redução do estoque de passivos denominados em moeda estrangeira. Na moeda norte-americana, o saldo apresentou decréscimo de -1,8%, alcançando US\$ 63,4 bilhões. Essa diminuição ocorreu em virtude do cancelamento dos títulos recomprados no 2º bimestre no âmbito do Programa de Resgate Antecipado da dívida externa, apesar da reabertura do *Global BRL 2028*, com valor de face de R\$ 787,5 milhões.

## Dívida Externa Líquida

**TABELA 10**  
**DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO<sup>1</sup>**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	MAI	ABR	MAI
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>119.588</b>	<b>103.574</b>	<b>95.942</b>
Bônus de Renegociação	534	409	388
Bônus de Captação	119.053	103.165	95.554
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>32.855</b>	<b>27.961</b>	<b>26.290</b>
Organismos Multilaterais	25.422	23.139	21.773
Bancos Privados/Ag. Governamentais	7.428	4.822	4.517
Clube de Paris	5	0	0
<b>DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)</b>	<b>152.443</b>	<b>131.535</b>	<b>122.232</b>
<b>III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-370</b>	<b>-285</b>	<b>-255</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)</b>	<b>152.073</b>	<b>131.250</b>	<b>121.977</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>6,9%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,1%</b>

1) Não considera a apropriação por competência dos juros nominais.

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 9,3 bilhões (0,4 ponto percentual do PIB).

O serviço da DPFe em maio totalizou R\$ 5,1 bilhões, dos quais R\$ 1,5 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e R\$ 3,5 bilhões ao pagamento de principal.

**TABELA 11**  
**EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)**  
**BRASIL, MAI/2007**

R\$ milhões

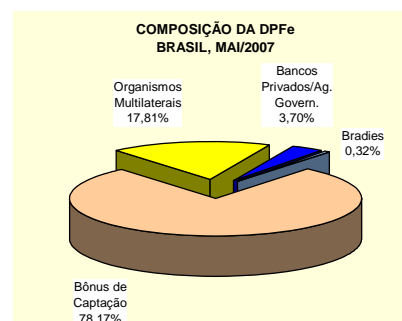
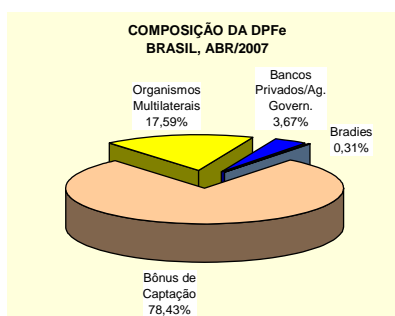
DISCRIMINAÇÃO	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
<b>I. ENCARGOS TOTAIS<sup>1</sup></b>	<b>3.529,0</b>	<b>1.549,3</b>	<b>5.078,3</b>
I.1. Organismos Multilaterais	127,7	109,9	237,7
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	42,5	7,7	50,2
<b>I.3. Dívida Mobiliária</b>	<b>3.358,7</b>	<b>1.431,6</b>	<b>4.790,4</b>
<b>Pagamento Normal</b>	<b>0,0</b>	<b>352,9</b>	<b>352,9</b>
Global 2027	0,0	350,6	350,6
Demais	0,0	2,3	2,3
<b>Recompras STN</b>	<b>3.358,7</b>	<b>1.078,7</b>	<b>4.437,4</b>
Global A-bond	93,3	12,1	105,4
Global 2009	11,3	1,6	12,9
Global 2008	34,4	2,9	37,3
Global 2010	102,4	15,5	117,9
Global 2011	60,1	11,4	71,4
Global 2012	137,2	35,9	173,1
Global 2013	144,0	39,9	183,9
Global 2014	282,6	90,0	372,6
Global 2015	145,8	21,6	167,4
Global 2019	68,0	18,5	86,5
Global 2020	67,8	42,1	109,9
Global 2024	143,8	47,2	191,0
Global 2025	262,4	79,6	342,0
Global 2027	171,0	82,3	253,4
Global 2030	87,6	63,9	151,5
Global 2034	406,2	107,3	513,5
Global 2040	1.140,8	406,9	1.547,8

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

*As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 5,1 bilhões no mês.*

## Composição

Em relação à composição da DPFe, houve discreta redução da participação dos Bônus de Captação, de 78,43% para 78,17%, e ligeiro aumento da parcela da dívida junto aos Organismos Multilaterais e aos Bancos Privados e Agências Governamentais, em função do Programa de Resgate Antecipado da dívida externa.



O prazo médio da dívida externa mobiliária, em maio, foi de 6,23 anos contra 6,29 anos em abril, refletindo o cancelamento dos títulos recomprados no âmbito do Programa de Resgate Antecipado. A vida média também apresentou diminuição, ao passar de 14,21 anos em abril para 13,95 anos em maio.

O custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa para o mês de maio de 2007 ficou em -5,12% a.a., refletindo a depreciação de 5,16% do dólar frente à moeda nacional, frente à apreciação de 10,1% em maio de 2006.

## Custo e Prazo Médios

**TABELA 12**  
**CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA**  
**FEDERAL EXTERNA**  
**BRASIL, 2006/2007**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007
	MAI	ABR	MAI
<b>PRAZO MÉDIO (1)</b>	<b>5,92</b>	<b>6,29</b>	<b>6,23</b>
Bônus de Renegociação	3,34	3,04	2,95
Bônus de Captação	5,93	6,31	6,24
Globais	6,56	6,76	6,69
Euros	3,42	3,58	3,49
Reais	5,60	6,74	6,88
Demais	0,93	0,25	0,16
<b>VIDA MÉDIA (2)</b>	<b>13,62</b>	<b>14,21</b>	<b>13,95</b>
Bônus de Renegociação	7,29	6,37	6,29
Bônus de Captação	13,65	14,24	13,98
Globais	15,74	16,02	15,70
Euros	4,82	4,50	4,42
Reais		13,85	14,33
Demais	1,10	0,25	0,16
<b>CUSTO MÉDIO (3)</b>	<b>7,04</b>	<b>9,72</b>	<b>(5,12)</b>
Bônus de Renegociação	1,05	3,15	(11,16)
Bônus de Captação	7,68	9,75	(5,10)
Globais	6,43	7,71	(7,27)
Euros	9,15	15,07	(3,82)
Reais	-	12,87	12,79
Demais	(0,43)	6,50	(10,30)

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.  
(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.  
(3) Custo Médio em reais acumulado em 12 meses (%). Considera a *yield* de emissão do título mais a variação cambial, ponderada pelo seu respectivo estoque.

*Em maio, o custo médio acumulado em 12 meses reduziu-se para -5,12%, refletindo a valorização do real no período.*

### Boxe 3 – Brasil reabre bônus de 20 anos no mercado externo

O Tesouro Nacional realizou, no dia 10 de maio, a segunda reabertura do bônus denominado em reais, o *Global BRL 2028*, no valor de R\$ 787,5 milhões. Quando somado aos R\$ 2,25 bilhões vendidos na emissão original e em sua primeira reabertura, ocorridas em fevereiro e março deste ano, o total em mercado deste título chega a R\$ 3,04 bilhões. O título foi vendido ao preço de 112,25% do seu valor de face, resultando em *yield* de 8,938% a.a.. A taxa de juros obtida na operação foi a mais baixa já verificada em emissões de títulos prefixados pelo Tesouro Nacional. Isto sinaliza a crescente confiança do investidor estrangeiro na solidez dos fundamentos da economia brasileira.

A emissão segue as diretrizes do Plano Anual de Financiamento 2007 – PAF 2007, onde consta que a gestão da DPFe para o biênio 2007-2008 será de natureza qualitativa, com o objetivo de consolidar a curva de juros externa por meio da construção e manutenção de pontos de referência (*benchmarks*) nos principais mercados de títulos. Com mais essa emissão, o Tesouro Nacional demonstra seu comprometimento em aperfeiçoar a estrutura a termo de taxas de juros para títulos públicos federais, aumentando sua eficiência. O *Global BRL 2028* firma-se assim como *benchmark* de 20 anos na curva de juros externa denominada em real, servindo também de referência para as eventuais captações do setor privado.

# **Anexos**

## **a) Lista de Abreviaturas**

### **b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central

**Tabela A2** – Execução Financeira do Tesouro Nacional

**Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central

**Tabela A4** – Subsídios e Subvenções Econômicas (Operações Oficiais de Crédito)

### **c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)**

**Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional em Poder do Público

**Tabela A6** – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional

**Tabela A6-B** – Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional (juros nominais por competência)

**Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal

**Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

### **d) Outras Informações**

**Tabela A9** – Custeio por Órgão até Maio 2006/2007

**Tabela A10** – Investimento por Órgão até Maio 2006/2007

**Tabela A11** – Investimento do Governo Federal por Órgão até Maio 2006/2007

### **e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios**

Boletim FPE/FPM/IPI Exportação



## **LISTA DE ABREVIATURAS**

---

### **Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal**

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados  
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica  
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico  
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social  
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira  
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público  
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido  
Emgea – Empresa Gestora de Ativos  
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador  
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço  
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
FPE – Fundo de Participação de Estados  
FPM – Fundo de Participação de Municípios  
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços  
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)  
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social  
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados  
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física  
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica  
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte  
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social  
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento  
Paes – Parcelamento Especial  
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público  
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos  
PGFN – Procuradoria Geral da Fazenda Nacional  
PIB – Produto Interno Bruto  
PIS – Programa de Integração Social  
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito  
Proex – Programa de Incentivo às Exportações  
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PSH – Programa de Subsídio à Habitação  
Refis – Programa de Recuperação Fiscal  
RFB – Receita Federal do Brasil  
RGPS – Regime Geral da Previdência Social  
RMV – Renda Mensal Vitalícia

### **Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida**

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)  
CVS – título representativo da dívida do FCVS  
DPFe – Dívida Pública Federal Externa  
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna  
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais  
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior  
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)  
Incrá – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
ITR – Imposto Territorial Rural  
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado  
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)  
LTN – Letras do Tesouro Nacional  
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)  
PAF – Plano Anual de Financiamento  
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia  
TDA – Títulos da Dívida Agrária  
TR – Taxa Referencial

**TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL \***

R\$ milhões

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>I. RECEITA TOTAL</b>	<b>42.325,3</b>	<b>44.372,6</b>	<b>44.829,4</b>	<b>45.405,3</b>	<b>44.716,8</b>	<b>46.788,6</b>	<b>42.710,6</b>	<b>57.611,4</b>	<b>52.058,0</b>	<b>43.184,5</b>	<b>47.696,3</b>	<b>54.939,8</b>	<b>48.230,8</b>
<b>I.1. Receitas do Tesouro</b>	<b>32.633,5</b>	<b>34.590,3</b>	<b>34.969,2</b>	<b>35.271,5</b>	<b>34.186,8</b>	<b>36.352,6</b>	<b>32.100,4</b>	<b>40.036,7</b>	<b>42.523,7</b>	<b>32.613,4</b>	<b>37.026,6</b>	<b>44.231,0</b>	<b>37.290,6</b>
I.1.1. Receita Bruta	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5	33.474,7	41.965,5	43.083,3	32.720,5	37.399,9	45.122,3	37.633,3
- Impostos	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2	13.859,3	21.243,4	17.091,3	14.290,3	16.662,8	19.256,3	15.559,1
- Contribuições	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3	16.467,8	17.545,9	19.122,0	15.624,0	16.495,9	18.046,1	16.522,9
- Demais <sup>1</sup>	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0	3.147,6	3.176,2	6.870,1	2.806,3	4.241,2	7.819,9	5.551,3
I.1.2. (-) Restituições	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9	-1.374,3	-1.928,8	-559,7	-107,1	-373,3	-891,3	-342,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>I.2. Receitas da Previdência Social</b>	<b>9.573,3</b>	<b>9.655,5</b>	<b>9.734,0</b>	<b>10.020,3</b>	<b>10.419,9</b>	<b>10.314,5</b>	<b>10.414,5</b>	<b>17.391,1</b>	<b>9.477,2</b>	<b>10.436,8</b>	<b>10.534,0</b>	<b>10.622,1</b>	<b>10.837,5</b>
<b>I.3. Receitas do Banco Central</b>	<b>118,5</b>	<b>126,8</b>	<b>126,2</b>	<b>113,5</b>	<b>110,1</b>	<b>121,5</b>	<b>195,7</b>	<b>183,6</b>	<b>57,1</b>	<b>134,3</b>	<b>135,6</b>	<b>86,8</b>	<b>102,7</b>
<b>II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS</b>	<b>8.673,4</b>	<b>7.924,1</b>	<b>7.429,9</b>	<b>7.777,6</b>	<b>6.749,3</b>	<b>6.453,2</b>	<b>9.357,3</b>	<b>9.285,7</b>	<b>8.133,4</b>	<b>8.892,8</b>	<b>7.648,8</b>	<b>8.570,4</b>	<b>9.423,7</b>
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4	5.937,8	7.277,9	6.399,7	6.853,1	5.707,8	7.076,5	7.285,6
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	1.133,6	3,9	0,0	975,0	0,0	216,7
II.3. Transferências da Cide	0,0	0,0	462,0	0,0	0,0	457,8	0,0	0,0	479,1	0,0	0,0	434,5	0,0
II.4. Demais	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5	2.282,0	874,2	1.250,8	2.039,7	965,9	1.059,4	1.921,4
<b>III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)</b>	<b>33.651,8</b>	<b>36.448,5</b>	<b>37.399,5</b>	<b>37.627,7</b>	<b>37.967,5</b>	<b>40.335,4</b>	<b>33.353,3</b>	<b>48.325,7</b>	<b>43.924,5</b>	<b>34.291,6</b>	<b>40.047,5</b>	<b>46.369,5</b>	<b>38.807,1</b>
<b>IV. DESPESA TOTAL</b>	<b>30.708,0</b>	<b>30.376,5</b>	<b>34.376,6</b>	<b>31.281,2</b>	<b>37.465,8</b>	<b>33.210,4</b>	<b>33.549,8</b>	<b>53.920,3</b>	<b>32.109,0</b>	<b>30.726,2</b>	<b>36.049,1</b>	<b>31.951,9</b>	<b>33.984,8</b>
<b>IV.1. Pessoal e Encargos Sociais<sup>1</sup></b>	<b>7.463,2</b>	<b>7.801,3</b>	<b>9.605,9</b>	<b>7.790,5</b>	<b>8.482,9</b>	<b>8.414,8</b>	<b>9.208,6</b>	<b>12.984,7</b>	<b>10.223,0</b>	<b>8.829,4</b>	<b>9.768,9</b>	<b>8.394,8</b>	<b>8.497,1</b>
<b>IV.2. Benefícios Previdenciários</b>	<b>12.884,8</b>	<b>12.812,4</b>	<b>13.171,9</b>	<b>13.120,7</b>	<b>18.986,5</b>	<b>13.357,8</b>	<b>13.301,2</b>	<b>19.446,0</b>	<b>13.173,2</b>	<b>13.232,3</b>	<b>15.225,4</b>	<b>13.486,7</b>	<b>14.187,3</b>
<b>IV.3. Custeio e Capital</b>	<b>10.173,8</b>	<b>9.510,0</b>	<b>11.410,6</b>	<b>10.180,7</b>	<b>9.797,2</b>	<b>11.257,0</b>	<b>10.801,3</b>	<b>21.157,3</b>	<b>8.603,8</b>	<b>8.436,5</b>	<b>10.822,5</b>	<b>9.869,8</b>	<b>11.105,1</b>
IV.3.1. Despesa do FAT	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8	1.025,3	1.807,6	851,1	821,2	1.154,1	1.103,1	1.205,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas <sup>3</sup>	596,8	363,0	732,5	237,5	-264,9	602,6	645,8	3.630,0	335,4	341,8	463,5	465,5	628,6
- Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	419,6	352,3	641,2	10,1	-451,0	471,3	451,4	3.453,6	147,0	241,8	364,7	219,5	443,8
- Despesas com Subvenções aos Fundos Regionais	177,3	10,7	91,4	227,4	186,1	131,3	194,4	176,4	188,4	100,0	98,8	246,0	184,8
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) <sup>4</sup>	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1	1.035,1	1.037,2	1.052,8	1.046,3	1.049,5	1.057,3	1.149,8
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.079,9	7.570,0	8.025,6	8.095,1	14.682,5	6.364,5	6.227,3	8.155,5	7.243,9	8.120,9
<b>IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central</b>	<b>56,3</b>	<b>53,0</b>	<b>57,0</b>	<b>53,5</b>	<b>50,1</b>	<b>52,8</b>	<b>72,8</b>	<b>111,8</b>	<b>-6,7</b>	<b>74,9</b>	<b>64,4</b>	<b>28,8</b>	<b>53,9</b>
<b>IV.5. Despesas do Banco Central</b>	<b>130,0</b>	<b>199,8</b>	<b>131,2</b>	<b>135,8</b>	<b>149,2</b>	<b>127,9</b>	<b>165,8</b>	<b>220,7</b>	<b>115,8</b>	<b>153,1</b>	<b>167,9</b>	<b>171,9</b>	<b>141,4</b>
<b>V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)</b>	<b>2.943,8</b>	<b>6.072,0</b>	<b>3.022,9</b>	<b>6.346,5</b>	<b>501,7</b>	<b>7.124,9</b>	<b>-196,5</b>	<b>-5.594,6</b>	<b>11.815,5</b>	<b>3.565,4</b>	<b>3.998,3</b>	<b>14.417,6</b>	<b>4.822,2</b>
V.1. Tesouro Nacional	6.266,8	9.301,9	6.465,8	9.469,2	9.107,3	10.174,6	2.660,4	-3.502,7	15.570,2	6.379,8	8.722,0	17.367,3	8.210,8
V.2. Previdência Social (RGPS) <sup>5</sup>	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3	-2.886,7	-2.054,9	-3.696,0	-2.795,6	-4.691,4	-2.864,6	-3.349,8
V.3. Banco Central <sup>6</sup>	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4	29,9	-37,0	-58,7	-18,8	-32,3	-85,1	-38,7
<b>VI. AJUSTE METODOLÓGICO<sup>7</sup></b>	<b>284,5</b>	<b>259,6</b>	<b>258,6</b>	<b>307,5</b>	<b>234,6</b>	<b>182,3</b>	<b>81,2</b>	<b>56,3</b>	<b>97,9</b>	<b>258,8</b>	<b>258,2</b>	<b>213,1</b>	<b>237,3</b>
<b>VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA</b>	<b>-82,6</b>	<b>545,5</b>	<b>319,5</b>	<b>573,7</b>	<b>-671,6</b>	<b>459,4</b>	<b>39,3</b>	<b>-224,9</b>	<b>-108,1</b>	<b>-1.164,3</b>	<b>-343,3</b>	<b>288,4</b>	<b>nd</b>
<b>VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>3.145,7</b>	<b>6.877,2</b>	<b>3.601,0</b>	<b>7.227,6</b>	<b>64,6</b>	<b>7.766,6</b>	<b>-76,0</b>	<b>-5.763,2</b>	<b>11.805,3</b>	<b>2.659,9</b>	<b>3.913,2</b>	<b>14.919,1</b>	<b>nd</b>
<b>IX. JUROS NOMINAIS<sup>8</sup></b>	<b>-6.633,7</b>	<b>-13.196,2</b>	<b>-9.561,3</b>	<b>-12.964,8</b>	<b>-8.056,2</b>	<b>-10.272,7</b>	<b>-8.151,2</b>	<b>-7.551,7</b>	<b>-11.132,1</b>	<b>-7.659,4</b>	<b>-11.417,1</b>	<b>-10.458,0</b>	<b>nd</b>
<b>X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL<sup>8</sup></b>	<b>-3.487,9</b>	<b>-6.319,1</b>	<b>-5.960,4</b>	<b>-5.737,2</b>	<b>-7.991,5</b>	<b>-2.506,1</b>	<b>-8.227,1</b>	<b>-13.315,0</b>	<b>673,2</b>	<b>-4.999,4</b>	<b>-7.503,9</b>	<b>4.461,0</b>	<b>nd</b>
<b>Memo:</b>													
Parcela patronal da CPSS <sup>1</sup>	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7	714,6	1.136,1	584,2	662,0	607,0	635,3	585,0
RMV <sup>4</sup>	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4	159,5	157,5	160,9	152,0	153,7	152,8	163,8

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

<sup>1</sup> Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

<sup>2</sup> Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

<sup>3</sup> Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

<sup>4</sup> Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

<sup>5</sup> Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

<sup>6</sup> Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

<sup>7</sup> Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

<sup>8</sup> Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>FLUXO FISCAL</b>													
<b>I. RECEITAS</b>	<b>47.217,4</b>	<b>46.993,6</b>	<b>43.988,0</b>	<b>46.982,5</b>	<b>47.837,9</b>	<b>46.237,0</b>	<b>50.086,3</b>	<b>66.730,8</b>	<b>41.189,9</b>	<b>48.277,2</b>	<b>47.698,7</b>	<b>53.270,7</b>	<b>52.079,6</b>
I.1 - Recolhimento Bruto	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7	37.011,7	46.241,4	29.469,8	34.885,4	33.536,5	39.915,5	39.617,6
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3	1.424,2	1.259,5	1.727,1	1.107,7	1.546,6	1.520,1	1.430,1
I.4 - Receita das Operações de Crédito	651,7	1.003,7	302,0	423,2	139,1	176,9	338,3	442,7	134,1	346,3	187,7	166,1	118,5
I.5 - Receita do Salário Educação	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0	390,1	393,7	691,8	430,3	593,3	593,1	612,9
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.366,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5	10.919,2	18.388,5	9.164,2	11.436,9	11.797,5	11.016,3	10.209,2
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5	2,8	5,2	3,0	70,6	37,0	59,6	91,3
<b>II. DESPESAS</b>	<b>47.514,7</b>	<b>49.308,6</b>	<b>54.486,0</b>	<b>49.391,4</b>	<b>47.797,3</b>	<b>48.980,3</b>	<b>60.035,7</b>	<b>58.705,9</b>	<b>50.427,2</b>	<b>44.651,3</b>	<b>51.605,5</b>	<b>46.608,7</b>	<b>59.214,8</b>
<b>II.1 - Liberações Vinculadas</b>	<b>10.106,3</b>	<b>9.688,1</b>	<b>8.696,7</b>	<b>9.469,7</b>	<b>8.198,9</b>	<b>8.356,3</b>	<b>10.751,4</b>	<b>10.664,5</b>	<b>9.565,2</b>	<b>10.064,4</b>	<b>8.543,6</b>	<b>10.279,8</b>	<b>11.040,7</b>
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9	6.326,5	7.750,5	6.820,1	7.305,0	6.082,7	7.542,1	7.766,1
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5	1.675,8	498,0	951,6	505,3	440,8	813,2	1.251,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5	1.137,5	646,1	3,9	650,0	325,0	0,0	216,7
II.1.4 - Outras Vinculações	1.574,3	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3	1.611,6	1.769,8	1.789,6	1.604,1	1.695,1	1.924,5	1.806,4
<b>II.2 - Liberações Ordinárias</b>	<b>37.408,4</b>	<b>39.620,6</b>	<b>45.789,3</b>	<b>39.921,6</b>	<b>39.598,4</b>	<b>40.624,0</b>	<b>49.284,4</b>	<b>48.041,4</b>	<b>40.862,0</b>	<b>34.586,8</b>	<b>43.062,0</b>	<b>36.329,0</b>	<b>48.174,2</b>
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	8.143,3	10.342,4	8.489,3	8.369,5	8.262,3	8.106,2	11.757,7	10.131,4	9.989,5	8.524,8	9.743,4	8.317,3	8.452,2
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7	546,2	444,2	362,4	3.267,0	1.745,4	1.853,8	3.872,8
i) Dívida Contratual Interna	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5	116,6	411,1	91,9	114,7	118,4	122,9	112,7
ii) Dívida Contratual Externa	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3	429,6	33,1	270,5	3.152,3	1.627,1	1.731,0	3.760,1
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4	12.029,8	4.019,4	13.221,9	2.514,3	9.801,4	4.696,1	8.100,0
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1	15.349,6	17.528,7	12.190,2	13.141,7	13.049,9	13.910,7	13.812,6
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.637,9	7.836,4	8.543,6	7.645,8	7.178,8	8.706,2	9.131,6	14.660,3	4.828,1	6.593,6	8.278,0	7.256,6	13.499,5
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9	469,4	1.257,4	269,9	545,5	443,7	294,5	437,1
II.2.7 - Restos a Pagar													
<b>III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)</b>	<b>-297,4</b>	<b>-2.315,1</b>	<b>-10.498,1</b>	<b>-2.408,9</b>	<b>40,5</b>	<b>-2.743,3</b>	<b>-9.949,5</b>	<b>8.024,9</b>	<b>-9.237,4</b>	<b>3.625,9</b>	<b>-3.906,8</b>	<b>6.662,0</b>	<b>-7.135,3</b>
<b>FLUXO DE FINANCIAMENTO</b>													
<b>IV. RECEITAS</b>	<b>19.593,2</b>	<b>36.752,3</b>	<b>43.352,2</b>	<b>30.297,8</b>	<b>31.252,8</b>	<b>41.246,8</b>	<b>44.885,5</b>	<b>43.226,0</b>	<b>55.420,0</b>	<b>29.251,3</b>	<b>43.442,9</b>	<b>51.770,7</b>	<b>36.079,5</b>
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4	44.374,2	42.429,6	54.449,9	27.611,6	42.771,4	51.103,5	34.980,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4	511,2	796,4	970,2	1.639,7	671,5	667,2	1.098,6
<b>V. DESPESAS</b>	<b>26.146,8</b>	<b>25.607,1</b>	<b>48.117,1</b>	<b>11.278,8</b>	<b>15.416,8</b>	<b>38.095,4</b>	<b>25.762,7</b>	<b>16.397,4</b>	<b>45.374,3</b>	<b>6.946,1</b>	<b>29.914,6</b>	<b>36.063,9</b>	<b>19.313,8</b>
V.1 - Amortização da Dívida Interna	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4	25.993,2	16.289,2	45.219,4	2.651,5	27.192,2	31.676,6	16.646,8
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1	25.873,0	15.992,9	45.123,6	2.518,2	27.060,3	31.535,8	16.511,0
V.1.2 - Dívida Contratual	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3	120,1	296,3	95,8	133,3	132,0	140,8	135,8
V.2 - Amortização da Dívida Externa	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0	-230,5	108,2	154,9	4.294,6	2.722,4	4.387,3	2.667,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)</b>	<b>-7.434,3</b>	<b>12.126,2</b>	<b>-1.088,5</b>	<b>18.798,6</b>	<b>17.457,5</b>	<b>4.220,3</b>	<b>18.501,2</b>	<b>26.436,7</b>	<b>9.326,3</b>	<b>25.093,4</b>	<b>15.711,2</b>	<b>19.567,7</b>	<b>18.469,9</b>
<b>VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN</b>	<b>-22.029,3</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.192,7</b>	<b>-6.511,9</b>	<b>11.265,2</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>	<b>-4.927,9</b>	<b>-18.948,7</b>	<b>12.177,6</b>
<b>VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)</b>	<b>-28.880,3</b>	<b>36.487,3</b>	<b>-25.455,6</b>	<b>10.098,1</b>	<b>27.141,6</b>	<b>-2.356,8</b>	<b>7.811,5</b>	<b>38.616,5</b>	<b>-12.332,4</b>	<b>35.828,5</b>	<b>4.693,5</b>	<b>3.420,1</b>	<b>21.808,0</b>



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL \*

R\$ milhões

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN</b>	<b>8.268,6</b>	<b>41.240,1</b>	<b>20.037,3</b>	<b>10.768,1</b>	<b>17.340,5</b>	<b>22.485,1</b>	<b>12.238,2</b>	<b>18.263,0</b>	<b>15.259,2</b>	<b>10.497,4</b>	<b>13.672,1</b>	<b>7.051,3</b>	<b>16.777,6</b>
I.1. Emissão de Títulos	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2	9.835,2	15.590,5	13.327,0	8.515,2	11.094,8	4.751,5	14.788,6
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0	2.293,7	2.597,8	1.842,7	1.874,4	2.405,0	2.099,0	1.830,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8	109,2	74,7	89,5	107,7	172,3	200,8	159,0
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
<b>II. DESPESAS NO BACEN</b>	<b>30.297,9</b>	<b>13.583,0</b>	<b>30.230,0</b>	<b>17.280,0</b>	<b>6.075,3</b>	<b>25.250,0</b>	<b>13.600,0</b>	<b>14.500,0</b>	<b>28.400,0</b>	<b>600,0</b>	<b>18.600,0</b>	<b>26.000,0</b>	<b>4.600,0</b>
II.1. Resgate de Títulos	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0	9.152,9	12.101,9	22.300,0	0,0	13.500,0	22.500,0	3.600,0
II.2. Encargos da DPMF	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0	4.447,1	2.398,1	6.100,0	600,0	5.100,0	3.500,0	1.000,0
<b>III. RESULTADO (I - II)</b>	<b>-22.029,3</b>	<b>27.657,1</b>	<b>-10.192,7</b>	<b>-6.511,9</b>	<b>11.265,2</b>	<b>-2.764,9</b>	<b>-1.361,8</b>	<b>3.763,0</b>	<b>-13.140,8</b>	<b>9.897,4</b>	<b>-4.927,9</b>	<b>-18.948,7</b>	<b>12.177,6</b>

\* Dados revistos, sujeitos a alteração.

**TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) \***

R\$ milhões

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO</b>	<b>10,6</b>	<b>16,2</b>	<b>16,3</b>	<b>15,0</b>	<b>18,9</b>	<b>22,7</b>	<b>0,8</b>	<b>181,3</b>	<b>0,8</b>	<b>99,0</b>	<b>89,6</b>	<b>104,6</b>	<b>100,2</b>
<b>II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL</b>	<b>0,1</b>	<b>0,1</b>	<b>3,5</b>	<b>21,8</b>	<b>0,1</b>	<b>0,4</b>	<b>101,7</b>	<b>56,6</b>	<b>4,7</b>	<b>0,0</b>	<b>0,1</b>	<b>0,3</b>	<b>0,4</b>
<b>III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS</b>	<b>198,0</b>	<b>60,6</b>	<b>194,1</b>	<b>-6,0</b>	<b>190,9</b>	<b>94,1</b>	<b>60,6</b>	<b>75,8</b>	<b>166,7</b>	<b>210,1</b>	<b>124,0</b>	<b>44,2</b>	<b>181,3</b>
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,3	0,7	0,0	0,4	0,4	0,8	1,6
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9	-49,9	-113,2	12,8	-105,2	-2,0	43,4	47,6
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0	110,2	188,2	154,0	314,9	125,6	0,0	132,0
<b>IV. PRONAF</b>	<b>86,6</b>	<b>41,3</b>	<b>134,8</b>	<b>68,8</b>	<b>94,2</b>	<b>213,2</b>	<b>185,4</b>	<b>362,7</b>	<b>26,7</b>	<b>82,7</b>	<b>29,9</b>	<b>47,0</b>	<b>77,2</b>
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8	59,4	365,8	7,8	33,6	30,1	29,2	31,5
IV.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4	126,0	-3,1	18,9	49,1	-0,2	17,7	45,7
<b>V. PROEX</b>	<b>22,7</b>	<b>91,0</b>	<b>219,6</b>	<b>-63,7</b>	<b>6,9</b>	<b>47,4</b>	<b>9,0</b>	<b>274,0</b>	<b>-36,0</b>	<b>-131,2</b>	<b>147,2</b>	<b>7,4</b>	<b>65,7</b>
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2	15,9	134,1	0,0	0,4	84,1	12,6	48,2
V.2. Concessão de Financiamento <sup>1</sup>	4,2	89,5	67,8	-83,8	-17,5	21,2	-6,8	139,9	-36,0	-131,6	63,1	-5,2	17,5
<b>VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA)<sup>2</sup></b>	<b>11,7</b>	<b>90,3</b>	<b>20,2</b>	<b>8,7</b>	<b>5,1</b>	<b>8,5</b>	<b>14,6</b>	<b>138,1</b>	<b>2,2</b>	<b>14,6</b>	<b>13,6</b>	<b>22,1</b>	<b>39,6</b>
<b>VII. CACAU</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,5</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)</b>	<b>142,4</b>	<b>82,6</b>	<b>47,3</b>	<b>6,1</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>2,7</b>
<b>IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>466,2</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>X. FUNDO DA TERRA/ INCRA<sup>1</sup></b>	<b>0,1</b>	<b>21,4</b>	<b>58,7</b>	<b>9,9</b>	<b>54,1</b>	<b>93,0</b>	<b>88,1</b>	<b>554,7</b>	<b>23,6</b>	<b>19,4</b>	<b>27,9</b>	<b>42,1</b>	<b>35,1</b>
<b>XI. FUNCAFÉ</b>									<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>
<b>XII. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND)<sup>1</sup></b>	<b>-52,8</b>	<b>-51,3</b>	<b>-53,4</b>	<b>-50,5</b>	<b>-821,1</b>	<b>-8,0</b>	<b>-9,3</b>	<b>1.344,2</b>	<b>-41,6</b>	<b>-52,8</b>	<b>-67,6</b>	<b>-48,2</b>	<b>-58,4</b>
<b>XIII. TOTAL</b>	<b>419,6</b>	<b>352,3</b>	<b>641,2</b>	<b>10,1</b>	<b>-451,0</b>	<b>471,3</b>	<b>451,4</b>	<b>3.453,6</b>	<b>147,0</b>	<b>241,8</b>	<b>364,7</b>	<b>219,5</b>	<b>443,8</b>

\* Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

<sup>1</sup> Concessão de empréstimos menos retornos.

<sup>2</sup> Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

**TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO**

R\$ milhões

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>I. DÍVIDA INTERNA</b>	<b>377.156,8</b>	<b>390.584,5</b>	<b>378.990,2</b>	<b>408.777,0</b>	<b>428.277,3</b>	<b>428.630,4</b>	<b>453.345,5</b>	<b>467.628,2</b>	<b>443.916,7</b>	<b>478.668,4</b>	<b>498.845,2</b>	<b>506.776,1</b>	<b>533.831,0</b>
Dívida Mobiliária em Poder do Público <sup>1</sup>	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3	1.088.498,6	1.100.959,6	1.095.464,8	1.128.418,3	1.151.278,2	1.161.265,3	1.184.625,8
Dívida Bancária	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1	24.061,1	23.976,0	23.871,9	23.784,4	23.593,2	23.506,0	23.412,4
INSS	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0	-17.881,7	-17.983,6	-18.030,4	-18.107,9	-18.149,6	-18.189,5	-18.215,0
Lei 7.976/89	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3	-3.415,5	-3.088,0	-3.048,1	-3.016,7	-2.903,6	-2.872,0	-2.725,4
Bônus Renegociação	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3	-10.341,6	-10.018,5	-9.993,5	-9.963,6	-9.533,7	-9.161,8	-8.674,6
Lei 8.727/93	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4	-46.767,6	-46.682,4	-46.527,4	-46.418,0	-46.155,2	-46.040,1	-45.895,8
Lei 9.496/97	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3	-262.509,2	-265.603,2	-266.686,0	-268.057,7	-268.875,4	-268.896,7	-269.632,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7	-40.408,2	-40.855,1	-40.956,2	-41.249,3	-41.422,7	-41.587,9	-41.722,1
Recebíveis das Estatais	-35.154,0	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0	-33.312,7	-33.439,4	-34.474,4	-34.458,3	-34.359,3	-33.449,7	-33.355,5
Outros	-42.077,3	-42.095,1	-42.280,6	-41.733,0	-41.240,1	-41.330,1	-41.693,1	-41.833,6	-41.869,6	-41.297,2	-41.291,8	-41.500,6	-40.605,0
Fat	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3	-134.396,7	-134.994,7
Demais Entidades	-48.762,4	-49.716,1	-50.845,9	-51.421,4	-52.058,1	-52.852,0	-54.478,4	-54.984,3	-55.444,1	-56.036,4	-56.334,4	-56.732,5	-57.664,7
Créditos das Operações Oficiais	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3	-13.270,3	-13.177,2	-13.092,6	-12.873,0	-12.755,1	-12.710,3	-12.504,3
Arrecadação a Recolher	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.939,6	-6.285,0	-324,0	-12.962,0	-8.793,0	-10.275,0	-12.457,4	-8.218,3
<b>II. DÍVIDA EXTERNA (*)</b>	<b>152.072,9</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>	<b>135.658,8</b>	<b>138.959,5</b>	<b>137.808,5</b>	<b>140.207,0</b>	<b>138.949,8</b>	<b>137.049,0</b>	<b>137.301,4</b>	<b>132.276,4</b>	<b>131.249,5</b>	<b>121.977,4</b>
Dívida Mobiliária	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9	109.784,4	109.032,8	107.531,2	107.652,2	104.049,4	103.573,9	95.942,2
Dívida Contratual	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3	30.770,3	30.163,3	29.797,1	29.937,0	28.506,5	27.961,0	26.290,2
Disponibilidades	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)</b>	<b>529.229,7</b>	<b>530.513,4</b>	<b>519.622,5</b>	<b>544.435,8</b>	<b>567.236,7</b>	<b>566.438,9</b>	<b>593.552,4</b>	<b>606.577,9</b>	<b>580.965,7</b>	<b>615.969,7</b>	<b>631.121,6</b>	<b>638.025,6</b>	<b>655.808,3</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>23,9%</b>	<b>23,9%</b>	<b>23,2%</b>	<b>24,1%</b>	<b>25,0%</b>	<b>24,7%</b>	<b>25,7%</b>	<b>26,1%</b>	<b>24,8%</b>	<b>26,1%</b>	<b>26,5%</b>	<b>26,6%</b>	<b>27,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

<sup>1</sup> Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA. Ver Tabela A7.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

**TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**

R\$ milhões

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>119.587,7</b>	<b>108.906,2</b>	<b>109.458,9</b>	<b>105.997,2</b>	<b>109.073,5</b>	<b>108.361,9</b>	<b>109.784,4</b>	<b>109.032,8</b>	<b>107.531,2</b>	<b>107.652,2</b>	<b>104.049,4</b>	<b>103.573,9</b>	<b>95.942,2</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>534,3</b>	<b>502,7</b>	<b>505,5</b>	<b>496,8</b>	<b>471,3</b>	<b>464,6</b>	<b>469,7</b>	<b>463,5</b>	<b>460,6</b>	<b>459,2</b>	<b>412,7</b>	<b>409,4</b>	<b>388,3</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6	469,7	463,5	460,6	459,2	412,7	409,4	388,3
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>119.053,4</b>	<b>108.403,5</b>	<b>108.953,5</b>	<b>105.500,4</b>	<b>108.602,2</b>	<b>107.897,3</b>	<b>109.314,6</b>	<b>108.569,3</b>	<b>107.070,6</b>	<b>107.193,0</b>	<b>103.636,7</b>	<b>103.164,5</b>	<b>95.553,9</b>
A-Bond	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9	9.769,2	9.639,3	9.579,4	9.550,1	8.879,4	8.807,9	8.260,7
Euro 2006	1.882,3	1.767,5	1.774,0	1.735,9	1.747,0	1.734,5	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5	1.740,3	1.707,7	1.674,0	1.697,5	1.658,5	1.681,2	1.571,7
Euro 2009	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7	814,3	799,0	725,2	735,4	718,5	728,3	680,9
Euro 2010	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2	1.243,2	1.219,9	1.195,9	1.187,4	1.160,1	1.176,0	1.099,4
Euro 2011	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7
Euro 2012	2.947,9	2.768,1	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5	2.874,0	2.820,2	2.764,7	2.803,4	2.738,9	2.776,5	2.595,7
Euro 2015	2.358,3	2.214,5	2.222,7	2.192,0	2.206,0	2.188,4	2.299,2	2.256,2	2.211,7	2.242,8	2.191,1	2.221,2	2.076,6
Eurolibra 2007	645,0	600,1	609,9	573,6	573,0	575,7	600,6	591,1	586,8	585,6	568,0	572,8	537,8
Eurolira 2017	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5	1.113,2	1.092,3	1.070,8	1.085,8	1.060,9	1.075,4	1.005,4
Global 2007	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5	3.316,7	3.272,6	2.037,6	2.031,4	1.966,3	1.950,5	1.849,8
Global 2008	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7	3.419,8	3.374,3	3.344,4	3.334,1	3.227,4	3.201,5	3.002,0
Global 2009	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1	2.852,9	2.815,0	2.709,3	2.701,0	2.598,2	2.577,3	2.433,0
Global 2010	4.833,9	3.815,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6	3.043,1	3.002,6	2.965,5	2.946,2	2.811,1	2.788,5	2.542,9
Global 2011	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7	1.873,9	1.849,0	1.608,3	1.603,4	1.521,3	1.509,1	1.371,6
Global 2012	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7	2.482,2	2.449,2	2.355,7	2.348,5	2.191,3	2.173,7	1.925,3
Global 2013	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1	2.700,8	2.664,9	2.648,3	2.640,2	2.555,7	2.535,1	2.261,4
Global 2014	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0	2.543,0	2.509,2	2.493,6	2.485,9	2.406,4	2.387,0	1.983,3
Global 2015	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3	4.550,3	4.489,8	4.461,9	4.448,2	4.305,8	4.271,2	3.906,0
Global 2017							3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	3.022,5	4.066,0	3.856,1
Global 2019	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5	3.250,2	3.207,0	3.187,1	3.177,3	2.983,3	2.959,3	2.739,0
Global 2020	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.652,5	1.628,8	1.646,9	1.625,0	1.614,9	1.610,0	1.558,4	1.545,9	1.398,8
Global 2024	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7	6.069,4	5.988,7	5.951,4	5.933,2	5.677,7	5.632,0	5.198,5
Global 2025	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8	4.875,3	4.810,5	4.780,6	4.766,0	4.474,0	4.438,0	3.948,5
Global 2027	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9	7.444,6	7.345,7	7.300,0	7.277,7	7.032,4	6.975,8	6.445,9
Global 2030	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8	2.203,0	2.173,7	2.160,2	2.153,6	2.048,8	2.032,3	1.840,4
Global 2034	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4	5.845,6	5.767,9	5.732,0	5.714,5	5.449,6	5.405,7	4.723,5
Global 2037	3.450,8	3.246,5	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1	4.333,7	4.276,1	5.311,8	5.295,6	5.102,0	5.061,0	4.799,7
Global 2040	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1	11.174,9	11.026,3	10.957,7	10.924,2	10.359,3	10.275,9	8.613,1
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022					1.600,0		2.250,0	2.250,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0	3.000,0
Global BRL 2028										1.500,0	2.250,0	2.250,0	3.037,5
Marco Alemão 2007	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6	1.351,7	1.326,4	1.300,3	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6	945,2	927,5	909,2	922,0	900,7	913,1	853,7
Samurai 2007	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8	1.163,4	1.114,8	1.090,7	1.111,1	1.080,1	-	-
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>32.854,9</b>	<b>31.335,2</b>	<b>31.501,8</b>	<b>29.962,1</b>	<b>30.183,0</b>	<b>29.785,3</b>	<b>30.770,3</b>	<b>30.163,3</b>	<b>29.797,1</b>	<b>29.937,0</b>	<b>28.506,5</b>	<b>27.961,0</b>	<b>26.290,2</b>
<b>III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-369,8</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>	<b>-300,5</b>	<b>-297,1</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>
<b>IV. TOTAL (I+II+III) (*)</b>	<b>152.072,9</b>	<b>139.928,8</b>	<b>140.632,3</b>	<b>135.658,8</b>	<b>138.959,5</b>	<b>137.808,5</b>	<b>140.207,0</b>	<b>138.949,8</b>	<b>137.049,0</b>	<b>137.301,4</b>	<b>132.276,4</b>	<b>131.249,5</b>	<b>121.977,4</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>6,9%</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,3%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,8%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,5%</b>	<b>5,1%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(\*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

**TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOUREO NACIONAL**  
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>I. DÍVIDA MOBILIÁRIA</b>	<b>111.264,3</b>	<b>112.969,2</b>	<b>112.912,6</b>	<b>110.310,2</b>	<b>110.001,5</b>	<b>106.756,7</b>	<b>106.188,2</b>	<b>98.810,9</b>
<b>I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO</b>	<b>468,2</b>	<b>475,8</b>	<b>471,8</b>	<b>471,3</b>	<b>472,0</b>	<b>413,9</b>	<b>412,6</b>	<b>393,3</b>
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2	475,8	471,8	471,3	472,0	413,9	412,6	393,3
<b>I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO</b>	<b>110.796,1</b>	<b>112.493,5</b>	<b>112.440,8</b>	<b>109.838,9</b>	<b>109.529,5</b>	<b>106.342,8</b>	<b>105.775,6</b>	<b>98.417,5</b>
A-Bond	9.889,5	10.064,4	9.994,9	9.613,4	9.647,7	9.029,4	9.015,4	8.510,3
Euro 2006	1.942,7	-	-	-	-	-	-	-
Euro 2007	1.698,1	1.766,0	1.746,5	1.725,3	1.762,9	1.735,5	1.772,6	1.669,7
Euro 2009	943,8	876,4	867,7	794,5	812,7	800,8	735,1	693,7
Euro 2010	1.602,1	1.356,0	1.341,8	1.326,4	1.197,2	1.180,3	1.207,3	1.138,7
Euro 2011	2.935,6	3.107,0	3.071,2	2.769,8	2.830,8	2.787,4	2.847,6	2.682,8
Euro 2012	2.759,4	2.919,5	2.884,8	2.847,5	2.907,3	2.859,8	2.918,7	2.747,0
Euro 2015	2.308,6	2.439,6	2.407,8	2.373,9	2.255,6	2.217,2	2.261,2	2.126,8
Eurolibra 2007	590,2	620,7	615,9	616,3	619,9	606,1	615,9	582,7
Eurolira 2017	1.100,0	1.165,9	1.154,1	1.141,2	1.167,2	1.150,0	1.175,7	1.108,3
Global 2007	3.380,3	3.444,3	3.427,9	2.040,8	2.053,6	2.006,3	2.008,4	1.922,1
Global 2008	3.454,0	3.482,1	3.464,4	3.461,9	3.479,5	3.326,8	3.232,6	3.056,8
Global 2009	3.093,9	2.903,9	2.882,8	2.806,4	2.829,1	2.736,3	2.595,9	2.478,5
Global 2010	3.396,3	3.078,5	3.062,8	3.039,7	3.055,2	2.938,7	2.797,6	2.572,8
Global 2011	2.400,4	1.933,2	1.922,9	1.686,0	1.614,1	1.544,1	1.544,3	1.415,0
Global 2012	2.672,6	2.588,5	2.576,5	2.370,1	2.384,4	2.244,9	2.246,7	2.007,7
Global 2013	2.773,0	2.826,9	2.675,5	2.681,5	2.695,8	2.631,4	2.631,8	2.366,9
Global 2014	2.593,5	2.644,6	2.631,4	2.505,9	2.520,0	2.460,4	2.461,5	2.062,6
Global 2015	4.553,5	4.633,9	4.601,8	4.602,4	4.617,5	4.328,4	4.321,6	3.977,8
Global 2017		3.259,4	3.232,1	3.228,0	3.234,0	3.092,7	4.179,2	3.982,7
Global 2019	3.228,0	3.287,9	3.267,9	3.271,1	3.284,6	3.106,2	2.971,7	2.770,8
Global 2020	1.690,0	1.726,3	1.720,6	1.624,1	1.636,2	1.600,4	1.604,0	1.466,2
Global 2024	6.026,4	6.138,2	6.100,9	6.107,0	6.132,2	5.910,1	5.654,2	5.257,5
Global 2025	4.923,7	5.013,9	4.982,4	4.986,2	4.797,2	4.536,0	4.531,8	4.060,7
Global 2027	7.706,6	7.478,1	7.440,7	7.456,0	7.494,6	7.301,4	7.301,5	6.475,0
Global 2030	2.219,6	2.266,7	2.258,8	2.266,8	2.281,8	2.066,2	2.070,3	1.893,6
Global 2034	5.915,3	6.021,2	5.980,9	5.746,5	5.768,2	5.538,3	5.530,9	4.865,4
Global 2037	4.371,8	4.446,1	4.412,3	5.323,4	5.338,6	5.173,7	5.162,1	4.924,1
Global 2040	11.302,1	11.530,1	11.478,0	11.507,1	10.971,0	10.498,6	10.508,3	8.886,9
Global BRL 2016	3.536,9	3.572,4	3.607,8	3.430,7	3.466,1	3.501,5	3.536,9	3.572,4
Global BRL 2022	2.287,5	2.310,9	3.112,5	3.027,1	3.058,3	3.089,6	3.120,8	3.152,1
Global BRL 2028					1.507,3	2.280,1	2.299,3	3.130,0
Marco Alemão 2007	1.356,6	1.434,3	1.416,3	1.397,1	-	-	-	-
Marco Alemão 2008	947,0	985,2	972,2	958,3	977,1	959,9	914,5	860,0
Samurai 2007	1.197,1	1.171,3	1.126,7	1.106,6	1.131,8	1.104,5	-	-
<b>II. DÍVIDA CONTRATUAL</b>	<b>30.177,1</b>	<b>31.157,3</b>	<b>30.542,3</b>	<b>30.219,4</b>	<b>30.341,6</b>	<b>28.867,2</b>	<b>28.284,5</b>	<b>26.568,9</b>
<b>III. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>
<b>IV. TOTAL (I+II+III) (*)</b>	<b>141.102,8</b>	<b>143.778,8</b>	<b>143.208,5</b>	<b>140.250,3</b>	<b>140.055,2</b>	<b>135.344,4</b>	<b>134.187,3</b>	<b>125.124,8</b>
<b>DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,2%</b>	<b>6,0%</b>	<b>5,9%</b>	<b>5,7%</b>	<b>5,6%</b>	<b>5,2%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL**

R\$ milhões

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL</b>	<b>1.265.730,9</b>	<b>1.310.777,0</b>	<b>1.299.896,0</b>	<b>1.319.709,0</b>	<b>1.355.232,1</b>	<b>1.359.034,0</b>	<b>1.381.457,3</b>	<b>1.398.749,6</b>	<b>1.395.355,1</b>	<b>1.439.358,4</b>	<b>1.458.285,5</b>	<b>1.461.032,5</b>	<b>1.497.719,7</b>
<b>I. Dívida em Mercado</b>	<b>997.516,6</b>	<b>1.014.742,4</b>	<b>1.012.716,4</b>	<b>1.037.378,9</b>	<b>1.060.426,7</b>	<b>1.065.957,3</b>	<b>1.088.498,6</b>	<b>1.100.959,6</b>	<b>1.095.464,8</b>	<b>1.128.418,3</b>	<b>1.151.278,2</b>	<b>1.161.265,3</b>	<b>1.184.625,8</b>
Dívida Securitizada	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5	19.261,4	19.094,7	19.026,5	20.934,9	21.451,7	21.246,6	21.257,1
TDA	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1	4.114,2	4.213,2	4.207,0	4.209,5	4.340,7	4.446,1	4.429,4
LTN	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3	342.244,6	347.638,8	315.345,9	329.681,2	349.062,0	328.271,8	335.419,6
LFT	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0	413.695,3	406.858,6	416.544,8	423.794,1	410.836,0	419.905,1	424.160,0
LFT-A	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1	3.847,3	3.840,8	3.837,4	3.825,7	3.819,7	3.808,8	3.800,3
LFT-B	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2	1.413,0	1.388,0	1.197,3	1.169,0	1.141,1	971,0	949,1
NTN-A	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1	9.462,7	9.365,4	9.335,2	9.333,0	9.030,4	8.818,7	8.392,3
NTN-B	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6	166.053,2	170.983,8	175.689,9	178.239,2	184.053,0	196.654,8	198.117,4
NTN-C	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7	67.793,1	67.393,0	66.483,0	66.564,8	66.658,5	64.228,1	64.449,7
NTN-D	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3	1.322,7	1.321,0	1.245,6	1.255,8	1.231,8	1.236,6	1.190,2
NTN-F	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3	39.698,8	49.222,8	62.904,1	69.767,2	79.997,3	92.088,1	103.047,8
NTN-I	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6	1.426,5	1.518,4	1.494,5	1.473,6	1.502,4	1.478,0	1.404,7
NTN-P	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4	3.370,4	3.392,1	3.416,0	3.435,1	3.458,2	3.479,5	3.502,3
CFT-A	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9	8.664,8	8.618,0	8.607,5	8.591,0	8.553,7	8.502,8	8.442,1
CFT-D	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6	1.887,7	1.855,2	1.836,2	1.822,8	1.757,4	1.735,9	1.639,4
Demais	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6	4.243,0	4.255,9	4.294,0	4.321,5	4.384,2	4.393,2	4.424,2
<b>II. Dívida com BACEN</b>	<b>268.214,3</b>	<b>296.034,6</b>	<b>287.179,6</b>	<b>282.330,1</b>	<b>294.805,4</b>	<b>293.076,7</b>	<b>292.958,6</b>	<b>297.790,0</b>	<b>299.890,3</b>	<b>310.940,1</b>	<b>307.007,3</b>	<b>299.767,2</b>	<b>313.094,0</b>
LTN	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1	156.974,4	164.530,7	143.714,6	149.682,3	154.050,9	138.366,5	143.236,9
LFT	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8	79.003,0	72.681,8	82.939,1	83.675,1	69.302,7	76.130,0	80.035,4
NTN-D	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7	17.900,5	13.813,0	13.655,3	13.550,0	13.251,0	13.266,8	9.397,4
Demais	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1	39.080,7	46.764,5	59.581,4	64.032,6	70.402,7	72.003,8	80.424,1
<b>Dívida em Mercado/PIB</b>	<b>45,1%</b>	<b>45,7%</b>	<b>45,2%</b>	<b>45,9%</b>	<b>46,7%</b>	<b>46,5%</b>	<b>47,2%</b>	<b>47,4%</b>	<b>46,8%</b>	<b>47,8%</b>	<b>48,4%</b>	<b>48,5%</b>	<b>49,1%</b>

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



**TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES**

R\$ milhões

	Mai/2006	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai/2007
<b>I. INTERNA</b>	<b>-171.722,1</b>	<b>-175.305,5</b>	<b>-177.315,1</b>	<b>-178.170,4</b>	<b>-179.203,2</b>	<b>-181.014,8</b>	<b>-183.329,4</b>	<b>-184.302,3</b>	<b>-187.779,9</b>	<b>-189.299,7</b>	<b>-190.304,7</b>	<b>-191.129,2</b>	<b>-192.659,3</b>
Dívida contratual	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4	215,7	212,9	211,6	216,9	209,4	194,1	183,4
FAT	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9	-128.851,0	-129.318,1	-132.335,8	-133.263,2	-133.970,3	-134.396,7	-134.994,7
Aplicações financeiras	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5	-4.823,1	-4.468,9	-4.670,4	-4.880,6	-4.924,8	-4.927,9	-4.946,8
Fundos Regionais	-30.401,3	-30.990,6	-31.469,5	-31.807,1	-32.143,2	-32.523,8	-32.898,0	-33.345,9	-33.753,5	-34.270,5	-34.739,5	-35.141,8	-35.622,4
Demais	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1	-16.973,0	-17.382,4	-17.231,8	-17.102,3	-16.879,6	-16.856,9	-17.278,9
<b>II. EXTERNA</b>	<b>-369,8</b>	<b>-312,6</b>	<b>-328,4</b>	<b>-300,5</b>	<b>-297,1</b>	<b>-338,7</b>	<b>-347,7</b>	<b>-246,4</b>	<b>-279,3</b>	<b>-287,8</b>	<b>-279,5</b>	<b>-285,4</b>	<b>-255,0</b>
Disponibilidades	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7	-347,7	-246,4	-279,3	-287,8	-279,5	-285,4	-255,0
<b>III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)</b>	<b>-172.091,9</b>	<b>-175.618,1</b>	<b>-177.643,5</b>	<b>-178.470,9</b>	<b>-179.500,3</b>	<b>-181.353,5</b>	<b>-183.677,1</b>	<b>-184.548,7</b>	<b>-188.059,2</b>	<b>-189.587,4</b>	<b>-190.584,2</b>	<b>-191.414,7</b>	<b>-192.914,3</b>
<b>DÍVIDA LÍQUIDA/PIB</b>	<b>-7,8%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-7,9%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>	<b>-8,0%</b>

(-) Haver (+) Obrigação  
Obs.: Dados sujeitos a alteração.

**TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ MAIO 2006/2007 \***

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano <sup>1</sup>	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	973.265,1	263.777,5	141.782,7	137.717,5	111.767,2	957.984,7	694.417,8	370.006,8	149.477,7	146.603,1	50.705,4
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.195,8	841,8	786,1	786,1	37,3	2.386,3	2.173,3	892,4	772,4	772,4	8,1
Advocacia-Geral da União	77.288,3	39.034,1	27.312,7	25.244,2	10.644,1	120.605,2	100.008,8	57.199,8	29.035,5	28.496,5	6.142,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	781.617,5	185.441,8	165.800,9	149.625,7	72.043,3	937.072,0	698.072,7	295.003,9	215.678,0	200.036,2	65.785,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.304.095,0	521.362,1	451.623,0	382.198,1	208.435,1	2.712.257,3	2.306.445,1	866.136,8	616.182,8	487.220,5	266.124,0
Ministério da Fazenda	1.948.022,7	412.394,0	381.961,4	364.728,0	49.495,9	2.206.335,0	1.976.823,7	845.521,5	584.760,9	547.591,7	114.924,4
Ministério da Educação	7.271.820,2	2.238.841,1	1.676.149,3	1.458.311,2	741.607,0	8.103.908,5	7.972.538,0	3.641.861,5	1.732.368,7	1.694.248,3	949.502,5
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	450.409,3	162.521,3	135.724,2	135.430,2	15.981,4	483.217,3	446.480,5	230.690,9	163.658,0	162.981,6	18.979,3
Ministério da Justiça	858.760,5	233.369,5	190.915,6	184.805,4	111.939,7	1.157.521,7	877.563,1	388.160,9	260.960,4	253.153,4	60.245,0
Ministério de Minas e Energia	490.272,5	115.408,5	79.853,8	74.584,6	23.301,6	592.084,1	349.489,0	175.297,1	90.066,0	79.126,8	42.748,1
Ministério da Previdência Social	877.818,6	304.715,7	276.864,8	263.223,3	95.153,2	1.424.259,5	1.146.770,8	695.311,8	422.638,6	349.294,4	64.236,2
Ministério das Relações Exteriores	880.975,7	227.167,8	214.623,4	214.531,9	90.475,1	949.140,6	757.510,4	311.634,1	299.718,2	299.689,7	13.474,4
Ministério da Saúde	33.434.041,1	15.396.489,7	12.137.514,7	12.066.051,4	1.055.383,3	36.851.949,7	32.575.856,2	17.476.646,7	12.243.124,6	12.148.572,6	1.628.022,3
Ministério do Trabalho e Emprego	782.789,7	261.483,5	125.284,7	125.050,4	68.438,7	837.324,2	683.100,0	367.114,6	209.172,7	200.532,3	38.230,5
Ministério dos Transportes	871.588,1	132.246,0	82.001,7	81.253,2	55.242,8	871.479,6	592.045,1	254.801,9	102.297,7	88.618,0	97.252,4
Ministério das Comunicações	332.731,1	76.413,9	64.432,8	64.422,2	25.314,0	436.595,4	254.980,9	149.682,0	68.716,2	68.675,2	24.721,6
Ministério da Cultura	402.693,5	97.686,3	50.992,3	50.753,4	84.366,3	396.513,8	303.135,8	118.587,8	54.979,2	53.607,5	72.691,6
Ministério do Meio Ambiente	398.829,6	92.818,9	71.583,5	70.639,8	44.462,7	581.050,2	398.973,7	126.264,3	88.632,5	87.685,2	32.605,8
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	539.032,2	112.542,0	92.098,3	89.222,4	59.203,6	920.787,4	510.674,3	221.571,5	137.326,0	136.800,2	30.485,4
Ministério do Desenvolvimento Agrário	644.009,9	188.226,8	115.157,4	115.034,4	78.078,2	651.340,2	552.376,5	159.519,6	77.374,2	75.186,7	70.865,0
Ministério do Esporte	411.535,5	41.605,8	10.887,5	10.887,5	27.977,8	444.140,0	266.865,6	163.332,5	58.898,8	58.893,0	95.021,6
Ministério da Defesa	3.938.372,9	1.042.868,9	759.167,7	678.808,3	374.670,1	4.265.138,4	3.892.571,2	1.587.388,1	923.523,3	761.674,5	423.196,1
Ministério da Integração Nacional	298.257,7	67.325,6	43.625,5	41.892,8	43.778,9	290.093,9	201.466,4	90.978,5	35.359,3	32.037,7	33.863,4
Ministério do Turismo	362.953,3	86.144,6	39.472,9	36.891,5	33.284,0	377.301,9	227.166,0	108.692,7	35.428,9	35.425,6	32.584,1
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	10.223.336,7	3.868.178,1	3.483.574,9	3.179.776,3	72.025,0	10.522.498,6	10.372.276,3	7.681.897,1	4.060.292,1	4.058.789,8	97.678,5
Ministério das Cidades	402.651,9	124.606,5	90.215,3	86.722,4	33.807,6	441.177,1	313.163,2	158.912,3	102.294,9	77.516,2	40.728,2
Encargos Financeiros da União	340.785,8	127.953,5	91.344,8	74.856,3	29.807,4	394.700,0	379.738,9	231.559,6	88.031,7	59.428,8	36.610,6
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	47.650,1	21.087,6	21.071,8	21.071,8	4.044,3	119.371,4	67.871,4	23.093,4	22.794,2	22.783,2	7.187,5
Operações Oficiais de Crédito	56.672,2	16.255,2	5,2	5,2	-	56.894,0	46.710,2	56.710,3	17.526,0	17.526,0	-
<b>TOTAL</b>	<b>70.404.472,4</b>	<b>26.458.807,8</b>	<b>21.021.829,1</b>	<b>20.184.525,0</b>	<b>3.620.765,5</b>	<b>78.105.127,5</b>	<b>68.967.264,8</b>	<b>36.854.470,4</b>	<b>22.891.089,5</b>	<b>22.232.967,0</b>	<b>4.414.620,5</b>

Dados preliminares.

 \* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).

<sup>1</sup> Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ MAIO 2006/2007 \*

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2006					2007					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano <sup>1</sup>	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano <sup>2</sup>	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	110.372,2	1.070,2	-	-	30.111,6	163.938,0	80.217,9	3.121,5	1.618,9	1.604,3	31.965,5
Gabinete da Vice-Presidência da República	213,7	-	-	-	-	213,7	213,0	-	-	-	-
Advocacia-Geral da União	2.926,7	2,2	-	-	3.187,3	10.194,8	5.757,3	199,8	77,6	76,6	1.401,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	442.448,7	4.233,9	2,8	2,7	92.546,5	534.861,0	138.630,9	4.877,4	2.407,9	1.775,4	78.939,8
Ministério da Ciência e Tecnologia	617.883,4	4.101,8	2.899,4	2.288,3	92.246,9	1.038.166,8	1.026.360,3	219.740,0	57.752,8	44.027,9	221.371,9
Ministério da Fazenda (3)	387.680,9	292,0	41,0	23,1	72.961,1	54.867,1	24.568,3	8.912,5	5.855,2	5.570,3	121.422,5
Ministério da Educação	1.140.635,0	20.774,2	1.768,2	1.608,9	422.346,0	1.579.161,4	1.061.507,5	73.412,7	28.324,9	24.374,2	431.429,1
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	89.242,9	441,8	391,4	391,4	7.877,2	97.059,1	23.625,3	370,1	89,6	89,6	24.020,8
Ministério da Justiça	610.899,8	8.260,4	1.859,3	57,2	116.185,4	815.618,5	543.179,0	79.527,5	42.363,7	42.363,7	111.363,4
Ministério de Minas e Energia	115.502,7	1.019,3	619,6	619,6	2.949,7	47.596,3	34.051,6	3.229,4	555,3	553,9	7.519,4
Ministério da Previdência Social	298.986,2	-	-	-	43.602,4	46.040,5	37.733,3	9.528,4	650,9	351,4	43.637,7
Ministério das Relações Exteriores	39.506,4	37,5	37,5	37,5	1.913,1	42.159,2	28.541,1	2.891,2	2.359,3	2.358,9	5.522,3
Ministério da Saúde	3.269.712,8	38.571,9	3.987,4	3.795,0	589.418,7	3.772.633,0	2.250.585,9	133.244,0	21.530,4	21.036,0	650.463,8
Ministério do Trabalho e Emprego	24.809,0	2.756,2	116,5	116,5	6.102,4	66.485,9	53.333,7	16.403,7	323,5	323,5	5.426,6
Ministério dos Transportes	4.984.872,6	8.873,9	-	-	882.331,3	7.374.130,0	5.519.353,5	2.343.583,0	186.808,9	91.385,1	1.081.897,6
Ministério das Comunicações	110.035,6	-	-	-	10.619,4	84.365,3	71.708,3	6.145,8	580,5	580,5	9.446,6
Ministério da Cultura	131.338,3	1.441,6	1,5	1,5	20.743,0	242.825,2	97.679,0	33.315,9	113,9	71,3	27.255,8
Ministério do Meio Ambiente	93.676,0	34,8	-	-	10.559,2	70.147,9	36.762,1	853,3	240,5	240,5	17.041,9
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	38.291,6	0,9	-	-	4.471,9	52.490,1	43.329,1	665,6	6,2	6,2	13.644,0
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.677.105,5	250.043,5	22.347,6	6.847,6	80.755,6	1.712.444,9	1.521.644,0	632.491,9	366.612,5	365.337,3	134.921,1
Ministério do Esporte	464.938,3	77.432,6	-	-	52.332,0	459.268,5	66.723,3	61.638,0	23.693,3	23.693,3	93.275,8
Ministério da Defesa	1.859.781,6	41.270,8	6.659,9	5.904,2	303.682,5	2.406.098,8	1.868.196,5	355.696,5	62.591,8	58.537,9	252.235,7
Ministério da Integração Nacional	1.795.227,8	30.183,5	169,1	169,1	308.709,5	1.802.095,8	616.211,7	101.059,9	3.804,5	3.314,3	187.374,5
Ministério do Turismo	879.929,1	10.349,5	-	-	65.369,3	1.366.760,5	172.834,0	83.235,4	176,2	176,2	63.896,7
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	215.690,4	2.350,9	-	-	11.196,2	241.300,5	123.527,8	3.029,1	144,6	144,6	35.206,1
Ministério das Cidades	2.284.964,3	-	-	-	144.894,0	3.220.274,3	1.001.302,5	66.106,6	5.174,8	3.109,0	219.759,8
<b>TOTAL</b>	<b>21.686.671,2</b>	<b>503.543,4</b>	<b>40.901,3</b>	<b>21.862,5</b>	<b>3.377.112,0</b>	<b>27.301.197,0</b>	<b>16.447.577,1</b>	<b>4.243.279,0</b>	<b>813.857,5</b>	<b>691.101,8</b>	<b>3.870.439,5</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Sifafi" no seguinte endereço: [http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index\\_informacoes\\_siafi.asp](http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp).<sup>1</sup> Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)<sup>2</sup> "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Sifafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.<sup>3</sup> Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

**TABELA A11 - INVESTIMENTO DO GOVERNO FEDERAL POR ÓRGÃO ATÉ MAIO 2006/2007 \***

R\$

ÓRGÃO SUPERIOR	2006							2007						
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano1				Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano1			
				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Ob's do último dia de 2005 Decreto Programação Financeira	Total				Valor pago do exercício	Restos a Pagar pagos	Ob's do último dia de 2006 Decreto Programação Financeira	Total
CAMARA DOS DEPUTADOS	123.664.800	4.290.564	15.944	15.944	4.760.504	-	4.776.448	115.085.000	2.707.821	143.097	143.097	9.016.869	-	9.159.966
SENADO FEDERAL	104.483.700	15.143.807	608.815	599.755	8.070.420	-	8.670.175	126.845.615	11.191.328	1.926.962	1.926.718	13.131.553	-	15.058.271
TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIAO	39.082.458	1.099.497	18.448	18.448	1.217.051	-	1.235.499	53.646.711	3.038.259	507.361	507.361	3.298.793	-	3.806.155
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	17.349.146	1.234.186	3.445	3.445	12.669.551	-	12.672.996	61.489.308	18.939.686	1.193.163	1.193.145	10.671.293	-	11.864.438
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTICA	13.405.200	446.058	25.000	25.000	6.586.054	-	6.611.054	8.999.577	1.333.596	47.808	47.808	2.958.283	-	3.006.091
JUSTICA FEDERAL	227.029.226	129.523.134	87.309.722	87.273.189	73.032.936	-	160.306.124	266.763.097	230.690.450	122.752.750	122.711.545	93.745.372	-	216.456.917
JUSTICA MILITAR	6.445.770	-	-	-	1.352.012	-	1.352.012	7.585.301	271.037	186.536	186.175	2.076.511	-	2.262.686
JUSTICA ELEITORAL	156.971.265	54.022.797	794.979	632.819	53.993.973	-	54.626.792	179.537.638	77.074.131	3.268.470	3.034.996	37.504.893	-	40.539.890
JUSTICA DO TRABALHO	205.667.946	29.505.226	3.460.206	3.380.350	100.092.406	-	103.472.756	212.114.031	23.763.245	6.038.520	5.551.650	73.229.087	-	78.780.737
JUSTICA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITORIOS	39.292.500	8.258.662	6.391.636	6.371.034	17.875.595	-	24.246.628	45.918.000	1.532.067	298.401	243.081	8.277.720	-	8.520.801
PRESIDENCIA DA REPUBLICA 3	136.627.244	1.289.928	120.489	120.493	24.764.419	6.905.268,3	31.790.180	180.056.345	9.227.324	1.758.446	1.742.875	32.917.081	2.227.093	36.887.049
MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,ORCAMENTO E GESTAO	90.911.440	904	-	-	4.286.934	61.353,2	4.348.288	56.420.452	1.263.960	45.885	45.885	125.315.238	39.675	125.400.798
MINIST. DA AGRICUL.,PECUARIA E ABASTECIMENTO	442.948.702	7.733.865	3.502.797	3.502.657	108.376.813	8.147.987,0	120.027.457	545.121.006	10.093.825	7.567.055	5.763.920	82.398.156	4.682.455	92.844.531
MINISTERIO DA CIENCIA E TECNOLOGIA	683.672.220	28.759.297	7.756.384	6.861.146	63.965.584	905.192,8	71.731.922	1.039.366.794	217.823.746	57.741.998	44.017.176	177.244.186	15.101.146	236.362.508
MINISTERIO DA FAZENDA 4	514.716.345	13.819.207	3.527.539	3.509.588	87.233.573	4.325.942,1	95.069.102	81.548.349	14.165.613	6.216.615	5.922.028	135.548.450	680.560	142.151.039
MINISTERIO DA EDUCACAO	1.141.043.614	20.819.097	1.768.243	1.608.864	425.966.851	16.248.090,0	443.823.806	1.843.156.520	74.276.725	28.522.713	24.564.996	444.035.803	23.302.058	491.902.857
MINISTERIO DO DESENV.IND. E COMERCIO EXTERIOR	99.727.348	441.763	391.400	391.400	7.573.221	304.341,7	8.268.962	106.059.102	370.088	89.618	89.618	11.828.641	11.992.499	23.910.758
MINISTERIO DA JUSTICA	760.370.441	16.240.357	1.859.252	57.160	77.689.746	39.072.337,9	116.819.244	1.009.617.943	184.461.809	78.716.946	78.708.986	140.812.326	2.287.669	221.808.981
MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA	115.502.675	1.019.312	619.590	619.590	3.802.355	672.120,0	5.094.065	47.964.266	3.252.998	562.266	560.945	13.386.652	508.319	14.455.915
MINISTERIO DA PREVIDENCIA SOCIAL	314.986.183	2.239.264	665	665	43.598.433	3.833,6	43.602.931	46.040.500	9.528.438	650.876	351.370	48.142.875	566.590	49.060.835
MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO	149.163.189	5.284.951	919.461	918.981	49.396.878	-	50.315.859	295.077.910	16.355.607	1.062.147	1.061.891	58.430.207	-	59.492.098
MINISTERIO DAS RELACOES EXTERIORES	39.506.376	37.525	37.525	37.525	1.724.147	188.971,6	1.950.644	42.159.236	2.891.200	2.359.328	2.358.888	5.414.040	83.604	7.856.531
MINISTERIO DA SAUDE	3.269.712.716	38.571.932	3.987.440	3.795.047	537.463.246	30.666.319,7	571.924.613	3.797.524.877	133.538.628	21.530.453	21.036.030	598.921.470	25.145.776	645.103.276
MINISTERIO DO TRABALHO E EMPREGO	38.808.954	7.883.430	116.543	116.543	3.948.401	1.754.499,5	5.819.443	66.485.893	16.403.732	323.551	323.551	7.512.986	639.411	8.475.948
MINISTERIO DOS TRANSPORTES	5.807.904.549	474.258.371	22.670.070	6.061.852	1.011.905.062	71.591.288,8	1.089.558.203	8.125.360.978	3.017.101.536	266.618.066	141.535.840	1.252.203.185	82.484.782	1.476.223.807
MINISTERIO DAS COMUNICACOES	110.035.594	-	-	-	8.657.419	1.962.291,9	10.619.711	174.365.323	6.145.754	580.460	580.460	9.329.908	3.869	9.914.238
MINISTERIO DA CULTURA	131.338.311	1.441.625	1.490	1.490	19.148.842	1.182.999,1	20.333.331	242.825.226	33.315.926	113.938	71.280	26.590.001	389.961	27.051.242
MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE	122.570.759	16.406.738	2.706.000	1.806.000	9.511.810	2.906.709,1	14.224.519	95.250.215	1.117.724	240.545	240.545	14.251.285	3.347.018	17.838.847
MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO	1.834.919.350	250.043.462	22.347.610	6.847.610	68.351.282	17.223.608,5	92.422.500	1.827.277.906	627.404.715	361.525.334	361.420.808	114.803.398	19.587.256	495.811.462
MINISTERIO DO ESPORTE	526.163.296	137.432.614	30.000.000	30.000.000	43.365.532	7.418.813,3	80.784.346	601.768.494	200.202.142	124.270.409	124.270.409	92.978.908	9.544.409	226.793.367
MINISTERIO DA DEFESA	2.228.414.105	162.342.154	68.034.094	66.999.942	375.003.509	33.345.170,3	475.348.621	2.833.189.562	397.352.741	85.575.270	81.331.855	402.598.540	7.341.290	491.271.685
MINISTERIO DA INTEGRACAO NACIONAL	1.841.981.231	31.670.540	756.090	756.090	264.547.005	87.922.137,6	353.225.233	2.221.761.788	257.702.666	52.338.673	51.848.440	140.198.578	78.421.011	270.468.029
MINISTERIO DO TURISMO	879.929.071	10.349.518	-	-	64.119.311	1.210.000,6	65.329.311	1.366.760.500	83.235.378	176.176	176.176	58.242.398	28.613.125	87.031.699
MINISTERIO DO DESENV. SOCIAL E COMBATE A FOME	216.590.284	2.350.949	-	-	6.613.475	2.596.260,1	9.209.735	241.898.970	3.029.058	144.594	144.594	8.715.098	26.613.613	35.473.306
MINISTERIO DAS CIDADES	3.286.983.086	929.957.714	1.077.218	-	198.737.085	45.746.668,3	244.483.754	3.330.568.023	154.195.926	5.174.762	3.109.005	285.499.046	24.749.242	313.357.293
<b>TOTAL</b>	<b>25.717.919.139</b>	<b>2.403.918.448</b>	<b>270.828.095</b>	<b>232.332.626</b>	<b>3.789.401.434</b>	<b>382.362.205</b>	<b>4.404.096.265</b>	<b>31.295.610.456</b>	<b>5.844.998.878</b>	<b>1.240.269.190</b>	<b>1.086.823.148</b>	<b>4.541.228.829</b>	<b>368.352.071</b>	<b>5.996.404.048</b>

Dados preliminares.

\* Corresponde ao investimento dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, incluindo grupo de despesa Investimento (GND 4) e Inversões Financeiras (GND 5), com exceção do elemento de despesa Empréstimos e Financiamentos (66).

2 "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

3 Inclui Gabinete da Presidência, Vice-Gabinete da Presidência e Advocacia Geral da União

4 Inclui Encargos Financeiros da União, Recursos sob Supervisão do Ministério da Fazenda e Operações Oficiais de Crédito.



TESOURO NACIONAL

# F P E / F P M / I P I Exportação

Fundos de Participação dos Estados, Distrito Federal e Municípios

Boletim - Ano XII - nº 5

Internet: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Maio / 2007

## Comentários

Em Maio de 2007, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram acréscimo de 3,2%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior. As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 5.873.435,1 (mil), em Maio de 2007, contra R\$ 5.690.675,3 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 16,66% para o FUNDEB.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN ([www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br)).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet ([www.bb.com.br](http://www.bb.com.br)) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, acesse: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio do telefone (61)3412-3116/3173. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3482-6060.

## Distribuição do FPM/FPE

Origens	2006			2007			Variação Nominal		
	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Abril	Maio	Janeiro a Maio	Mai / 2007	Mai / 2007	Jan a Mai / 2007
							Abr / 2007	Mai / 2006	Jan a Mai / 2006
FPM	2.468.356,0	2.708.977,0	12.388.760,8	2.910.004,5	3.003.461,2	13.819.960,2	3,2 %	10,9 %	11,6 %
FPE	2.357.762,2	2.587.602,2	11.833.684,3	2.780.670,8	2.869.973,9	13.203.750,7	3,2 %	10,9 %	11,6 %
IPI	182.775,7	161.410,0	872.001,9	206.875,5	198.394,1	969.531,8	-4,1 %	22,9 %	11,2 %

## Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 838/06, os créditos relativos ao mês de Maio de 2007 foram efetuados nos dias 10, 18 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Maio	3,0 %	3,2 %	3,0 %	3,2 %	-6,0 %	-4,1 %

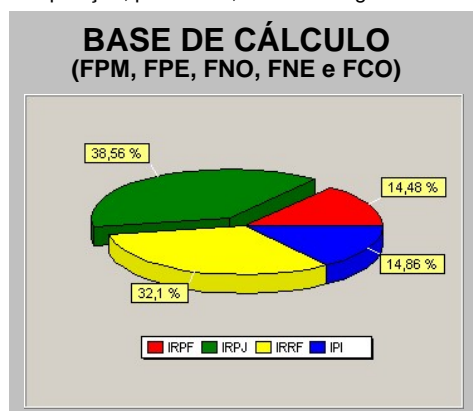
## Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	jun/mai	jul/jun	ago/jul
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	1,0 %	-26,0 %	7,0 %
IPI-EXP	5,0 %	-6,0 %	1,0 %

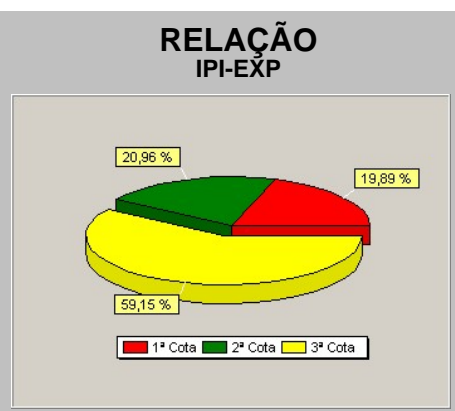
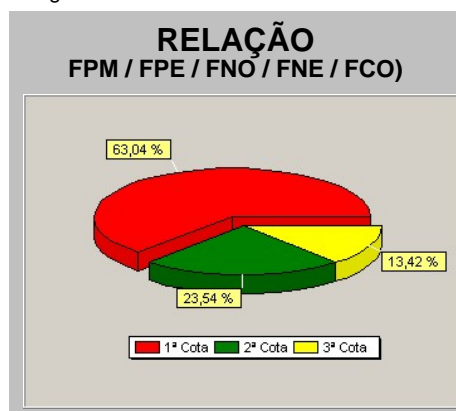
## Composição dos Fundos

Em Maio de 2007 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



## Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



## Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/04/2007 a 20/05/2007, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências			
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	TOTAL
Abr/3º DEC	473.446,4	9.623.609,1	10.097.055,5	Mai/1º DEC	1.809.200,5	1.893.349,4	39.457	3.742.006,9
Mai/1º DEC	498.898,6	3.271.673	3.770.571,6	Mai/2º DEC	675.614,8	707.038,7	41.578,2	1.424.231,7
Mai/2º DEC	1.408.193,9	741.356,3	2.149.550,2	Mai/3º DEC	385.158,6	403.072,9	117.358,9	905.590,3
TOTAL	2.380.539	13.636.638,4	16.017.177,3	TOTAL	2.869.973,8	3.003.461	198.394,1	6.071.829
Mai/3º DEC	509.000,3	7.042.592,7	7.551.593,1	Jun/1º DEC	1.353.102	1.416.037	42.420,1	2.811.559,1

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 16,66% para o FUNDEB.

## Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)
Acre	AC	15.853	98.182	32
Alagoas	AL	71.527	119.394	586
Amazonas	AM	41.341	80.084	5.292
Amapá	AP	10.268	97.924	188
Bahia	BA	271.243	269.668	15.519
Ceará	CE	157.013	210.567	1.834
Distrito Federal	DF	6.093	19.809	124
Espírito Santo	ES	52.211	43.050	8.994
Goiás	GO	108.406	81.596	2.026
Maranhão	MA	125.382	207.160	2.075
Minas Gerais	MG	394.377	127.843	22.760
Mato Grosso do Sul	MS	44.327	38.228	1.348
Mato Grosso	MT	55.334	66.236	1.843
Pará	PA	108.613	175.413	8.055
Paraíba	PB	97.090	137.440	521
Pernambuco	PE	145.158	198.034	1.456
Piauí	PI	79.654	124.023	57
Paraná	PR	204.284	82.747	20.101
Rio de Janeiro	RJ	87.824	43.845	25.899
Rio Grande do Norte	RN	74.542	119.905	700
Rondônia	RO	27.394	80.807	305
Roraima	RR	18.416	71.195	14
Rio Grande do Sul	RS	200.096	67.582	24.277
Santa Catarina	SC	116.314	36.730	14.557
Sergipe	SE	42.575	119.256	104
São Paulo	SP	401.971	28.700	39.679
Tocantins	TO	46.157	124.557	49
Total		3.003.461	2.869.974	198.394

(1) Deduzidos 16,66% do FUNDEB.

## Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Agosto	2006	20/09/2006
Setembro	2006	24/10/2006
Outubro	2006	24/11/2006
Novembro	2006	20/12/2006
Dezembro	2006	13/02/2007
Janeiro	2007	05/03/2007
Fevereiro	2007	02/04/2007

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de novembro de 2006, a Portaria STN nº 838, de 16 de novembro de 2006, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2007, disponível no sítio [www.tesouro.fazenda.gov.br](http://www.tesouro.fazenda.gov.br).

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM  
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3173 - Fax: (61)3412-1580  
 E-mail: [copem.df.stn@fazenda.gov.br](mailto:copem.df.stn@fazenda.gov.br)